

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – STRICTO SENSU
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO, PROCESSOS SOCIOCULTURAIS E
SUSTENTABILIDADE – LINHA DE PESQUISA - II

DAYANNE TERESINHA GRANETTO CARDOSO FLORIANI

EDUCAÇÃO EM SAÚDE: ANÁLISE DO CURSO TÉCNICO EM
ENFERMAGEM DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RENATO RAMOS
DA SILVA – CEDUP/LAGES, SC.

LAGES
2011

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

DAYANNE TERESINHA GRANETTO CARDOSO FLORIANI

**EDUCAÇÃO EM SAÚDE: ANÁLISE DO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO
CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RENATO RAMOS DA SILVA –
CEDUP/LAGES, SC.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação. Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa II: Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks.

**LAGES
2011**

Dedico esta dissertação de Mestrado a Carlos Roberto Granetto, meu pai, com todo carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a todos que estiveram presentes e contribuíram para que este sonho se tornasse realidade. Manifesto, de forma especial, minha gratidão:

Ao Thiago e ao Gustavo, meus filhos amados, que suportaram sem tantas queixas minhas ausências, muitas vezes em importantes momentos de sua vida, porém tenho certeza de que adquiriram conhecimentos para o seu futuro. Ao meu marido Glauco pelo carinho. Estarei sempre com vocês.

À minha mãe Teresinha, pelo carinho de sempre, pelo incentivo, amizade e pelo cuidado com meus filhos. Ao meu irmão Júnior, pela amizade, te amo muito, mano.

Às colegas de trabalho do Centro Universitário UNIVESC, à Andréia, pelas suas palavras amigas, à Carol, pela ajuda no trabalho, à Léia, pelas dezenas de livros emprestados, à Madalena pelo carinho, ensinamentos e correções, em especial à Magali, pelo incentivo: foram de muito valor suas palavras amigas durante aqueles momentos difíceis desta caminhada.

Às colegas de trabalho do Centro Obstétrico, enfermeiras Luciane, Dienifer, Tatiane, Maiura e Melissa, muito obrigada por me acolherem em sua casa, pelos ensinamentos e pelo carinho de sempre.

*Obrigada, Professor Doutor **Geraldo Augusto Locks**, por aceitar me guiar neste caminho, mesmo quando a “viagem” já havia iniciado. Obrigada pelos ensinamentos e amizade sincera. Sinto-me honrada pela oportunidade de conhecê-lo. Que sua vida seja sempre iluminada.*

*À Professora Doutora **Ivania Marini Pítton**, pelo acolhimento no início da minha caminhada, foi pouco o tempo de convivência, mas seus ensinamentos estiveram sempre presentes. Seus saberes e fazeres foram importantes para minha chegada.*

*À Professora **Marina Patrício de Arruda**, pelos valiosíssimos comentários, sugestões e por ajudar-me a mediar emoções.*

Não posso deixar de agradecer aos professores e estudantes do curso de enfermagem do CEDUP que com entusiasmo contribuíram para a pesquisa.

Enfim, penso terem sido necessários todos esses agradecimentos. Às pessoas que tiveram sua importância, mas que aqui não tiveram seus nomes elencados, peço desculpas. Afinal, a memória nos prega peças, e o que não é recordado, não necessariamente está esquecido. A todos meu muito obrigado.

*Se somos educadores, somos políticos e se somos educadores e,
portanto políticos, temos que ter certeza com relação à nossa opção.
Enquanto educadores, o nosso sonho não é pedagógico, mas político.
As formas de trabalhar – os métodos etc. – têm muito de pedagógico,
mas são eminentemente políticas.*

Paulo Freire.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CEB – Conselho de Educação Básica

CEDUP RRS – Centro de Educação Profissional Renato Ramos da Silva

CFE – Conselho Federal de Educação

CIS – Centro Interescolar

CNE – Conselho Nacional de Educação

COFEN - Conselho Federal de Enfermagem

COREN – Conselho Regional de Enfermagem

FSESP – Fundação de Serviços de Saúde Pública

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MS – Ministério da Saúde

OMS – Organização Mundial da Saúde

PEE – Plano Estadual de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROFAE – Projeto de profissionalização dos trabalhadores da área da enfermagem

PSD – Partido Social Democrata

SC – Santa Catarina

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SUS - Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido

UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense

UNIVESC – Centro Universitário de Santa Catarina

USP – Universidade de São Paulo

UTI – Unidade de Terapia Intensiva

p – Página

LISTA DE QUADROS

N	Descrição	Página
1	Nova Matriz Curricular referente ao primeiro módulo do curso.....	40
2	Nova Matriz Curricular referente ao segundo módulo do curso.....	41
3	Nova Matriz Curricular referente ao terceiro módulo do curso.....	41
4	Nova Matriz Curricular referente ao terceiro módulo do curso.....	41
5	Organograma do Curso de Enfermagem do CEDUP R.R.S. Referentes às habilitações para auxiliar e técnico em enfermagem.....	42
6	Critérios de avaliação das competências.....	43
7	Perfil dos educadores participantes da pesquisa.....	47
8	Perfil dos estudantes participantes da pesquisa.....	48

RESUMO

Através da minha trajetória na enfermagem percebi esta profissão como importante integradora das ações de educação em saúde, entendi que é importante que os profissionais da enfermagem tenham uma formação de qualidade, ancorada nas diretrizes que regem o ensino e a legislação do exercício profissional da área. Buscando conhecer melhor esta relação da educação em saúde e a formação dos profissionais da enfermagem, neste estudo pretendi analisar a percepção de docentes e discentes acerca do Curso Técnico em Enfermagem do CEDUP RRS. Inicialmente, procurei realizar um apanhado histórico das práticas, formação e legislação do exercício da enfermagem através de revisões bibliográficas e apresentei o cenário do estudo, uma escola pública de fundamental importância para Lages e região. A seguir, analisei documentos de cunho pedagógico, como as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Lei de Diretrizes e Bases, o Plano Estadual de Educação e o Projeto Político- Pedagógico do curso, a fim de refletir sobre a educação profissional de nível técnico. Posteriormente, busquei conhecer as percepções e práticas dos docentes e discentes do curso com relação ao processo ensino-aprendizagem. Na metodologia utilizada, a pesquisa foi de natureza qualitativa, onde o instrumento utilizado foi a entrevista semi-estruturada com posterior análise de dados em forma textual, e levantamento de categorias de análises, foram elas, o Paradigma da Educação na Enfermagem e a Formação Docente. O instrumento da entrevista permitiu aos sujeitos refletir e perceber as práticas metodológicas utilizadas no curso. Os resultados expressaram a necessidade de mudanças contextuais nas práticas do curso, revelaram que é tempo de deixar para trás a abordagem tradicional e ir ao encontro de um novo paradigma educacional. Em busca de caminhos para a transformação das práticas pedagógicas, os sujeitos do estudo demonstraram a importância de momentos de planejamento, como estratégias para consolidação de uma prática inovadora.

Palavras- chave: Educação em Saúde, Enfermagem, Ensino Profissional.

ABSTRACT

Throughout my nursing career in this profession I realized how important the actions of integrative health education, I understood that it is important that nursing professionals have a quality education, anchored in the guidelines governing the teaching of professional practice and legislation in the area. Seeking to better understand the relationship of health education and training of nursing, this study intended to analyze the perceptions of teachers and students on the undergraduate nursing CEDUP the RRS. Initially, I tried to make a historical overview of practice, training and legislation of nursing practice through literature reviews and describe the study setting, a public school of fundamental importance to the region and Lages. Then I looked sharp educational documents, such as the National Curriculum Guidelines, the Guidelines and Framework Law, the State Plan for Education and the Political-Pedagogical Project of the course to reflect on the technical professional education. Later, I sought to understand the perceptions and practices of teachers and students of the course with respect to the teaching-learning process. In the methodology, the research was qualitative in nature, where the instrument used was semi-structured interviews with subsequent analysis of data in textual form, and a survey of analytic categories, they were, the Paradigm in Nursing Education and Teacher Training. The instrument allowed the interview subjects reflect and understand the methodological practices used in the course. The results expressed the need for contextual changes in the practices of the course, revealed that it is time to leave behind the traditional approach and meet a new educational paradigm. In search of a roadmap for transformation of teaching practices, the study subjects demonstrated the importance of planning time, as strategies for the consolidation of an innovative practice.

Keywords: Health Education, Nursing, Occupational Education.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	08
LISTA DE QUADROS.....	09
RESUMO.....	10
ABSTRACT.....	11
SUMÁRIO.....	12
INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I.....	22
1.1 O Contexto histórico da Enfermagem.....	22
1.2 Os profissionais da Enfermagem.....	28
1.3 A Educação Profissional.....	30
1.3.1 As Diretrizes Curriculares Nacionais / Lei de Diretrizes e Bases da Educação.....	30
1.3.2 O Plano Estadual da Educação.....	33
CAPÍTULO II.....	35
2.1 O Centro de Educação Profissional Renato Ramos da Silva (CEDUP RRS).....	35
2.2 O Curso Técnico em Enfermagem do CEDUP RRS.....	36
CAPÍTULO III.....	45
O caminho metodológico da pesquisa.....	45
3.1 APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	47
CAPÍTULO IV.....	51
4.1 O PARADIGMA DA EDUCAÇÃO EM ENFERMAGEM.....	51
4.2 A FORMAÇÃO DOCENTE.....	59

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
BIBLIOGRAFIA.....	75
ANEXOS.....	78
ANEXO 1 – Roteiro da entrevista.....	79
ANEXO 2- TCLE.....	81

INTRODUÇÃO

O projeto civilizatório capitalista global encontra-se em crise em diferentes dimensões como, social, econômica, ecológica, energética. Vivemos na era da globalização, um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas, interligadas de modo abrangente (SANTOS, 2002). O cenário atual é complexo e desafiador para todas as áreas da vida humana. Isso tem gerado uma realidade que, entre suas facetas negativas, a mais devastadora são as relações sociais e econômicas excludentes. O campo dos direitos humanos é o mais afetado, com muitas pessoas sem acesso aos bens necessários à vida. A saúde direito de todos, dever do Estado conforme a Constituição Brasileira de 1988, sempre foi um dos grandes problemas reclamados pela população. Observa-se que o capital financeiro movimenta-se para diferentes locais, conforme os interesses de poucos grupos detentores do poder econômico, monopolizadores também do conhecimento, da ciência e das novas tecnologias de áreas estratégicas, trazendo consequências para as formas de organização e o acesso ao trabalho, bem como novas exigências para a qualificação dos trabalhadores (FRIGOTTO, 1998).

Durante a realização da Graduação em Enfermagem, com habilitação de bacharel e licenciatura, realizada no período de 2002 a 2006, por ocasião do estágio curricular observei as relações sociais e econômicas excludentes na região da Serra Catarinense e pude refletir a sua repercussão em toda sociedade de forma mais abrangente.

A sociedade brasileira historicamente se caracteriza como um grupo social formado por classes com grandes disparidades socioeconômicas, cuja realidade salta à vista do observador atento aos segmentos sociais que vivem em condições de extrema vulnerabilidade, abaixo da linha da pobreza. Ainda que na última década dados tenham revelado uma mobilidade socioeconômica ascendente de milhares de brasileiros, os índices de desenvolvimento humano (IDH) como educação, trabalho, saúde, lazer, segurança alimentar e nutricional, particularmente a saúde, desafiam o estado e a sociedade na implementação, garantia e consolidação de políticas públicas sociais dos direitos já normatizados.

Como enfermeira, iniciei uma reflexão sobre a relação desta realidade social e econômica atual, com o modo de vida das pessoas, no que diz respeito à saúde e à sua

promoção, bem como a proposta do Sistema Único de Saúde (SUS) e o importante princípio de integralidade¹ o qual se entende, não apenas como uma diretriz do Sistema Único de Saúde (SUS) definida constitucionalmente, mas como parte de uma "imagem objetiva" num enunciado de certas características do sistema de saúde, de suas práticas que são consideradas desejáveis.

A partir do conhecimento que contive acerca dos princípios do sistema de saúde vigente, surgiu a percepção de integralidade no cuidado de pessoas, grupos e coletividade, percebendo o indivíduo como sujeito histórico, social e político, articulado com o seu contexto familiar, com o meio ambiente e com a sociedade na qual se insere. Nesse cenário se evidencia a importância de articular ações de educação em saúde como elemento produtor de um saber coletivo que traduz no indivíduo sua autonomia e emancipação para o cuidar de si, da família e do seu entorno. Nota-se a enfermagem como integradora das ações de educação em saúde, pois trabalha diretamente com os indivíduos, ou seja, a enfermagem como ligação positiva na integralidade da assistência.

Através desse contexto histórico, passar a existir para mim uma reflexão, observando a influência que a educação em saúde no trabalho da equipe de enfermagem pode trazer na atualidade. Percebi que ela pode proporcionar maior conhecimento em saúde aos indivíduos, estimulando-os a tomar consciência crítica de si e do mundo, compreendendo a saúde não só como resultado de práticas individuais, mas também como reflexão das condições de vida de pessoas, famílias e comunidade, trazendo à sociedade melhor qualidade de vida.

Atualmente o Sistema Único de Saúde possui, dentre suas estratégias para a qualidade de vida da população, o programa de Estratégia de Saúde da Família. Este, dentre suas ações, emerge das ações educativas como ferramenta essencial para incentivar a autoestima e o autocuidado dos membros das famílias, promovendo reflexões que conduzam a modificações nas atitudes e comportamentos. Para que estas ações se desenvolvam, é necessário que o trabalho da enfermagem seja de qualidade, estes devem ter uma formação ancorada nas diretrizes que regem o ensino e a legislação do exercício profissional da área.

O início do meu trabalho na enfermagem trouxe a necessidade de entender melhor esta importante aliada nas ações de promoção da saúde, o interesse de investigar a educação em saúde e suas relações com os profissionais da enfermagem. Surgiu então a preocupação com o contexto de formação do trabalhador de enfermagem, com as práticas desenvolvidas nas

¹ A integralidade é um conceito que permite uma identificação dos sujeitos como totalidades, ainda que não sejam alcançáveis em sua plenitude, considerando todas as dimensões possíveis em que se pode intervir, pelo acesso permitido por eles próprios (MACHADO, 2007).

escolas de enfermagem hoje, em prol de uma sociedade melhor, uma vez que a atribuição dos profissionais de saúde como agentes de mudança no contexto de atenção à família passa a ser de facilitadores no processo da educação em saúde.

Segundo a Carta de Ottawa² “Promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo.” A Promoção da Saúde emergiu como marco norteador da Saúde Pública a partir dos anos 70, desde então, vem evoluindo e consolidando-se como um modelo das ações de saúde (CZERESNIA, 2003). Incorpora-se na sua práxis valores como solidariedade, equidade, democracia, cidadania, desenvolvimento, participação e parceria. Esses valores se constituem numa combinação de estratégias que envolvem o indivíduo, família, comunidade e estado e desta forma percebo a enfermagem como quem observa de forma integral os seres humanos.

Nos tempos atuais, o trabalho da enfermagem está voltado para a promoção da saúde, na qual atua direta ou indiretamente na comunidade, intervindo na realidade dos indivíduos, famílias, grupos e comunidades, procurando incitar a busca da saúde e desvincular o pensamento de atuar apenas no tratamento de doenças, quando as mesmas já estão instaladas (CZERESNIA, 2003).

O conceito de educação em saúde significativamente está relacionado com o conceito de promoção da saúde, o qual trata de processos que abrangem a participação de toda a população no contexto de sua vida e não apenas das pessoas sob risco de adoecer.

Segundo Machado (2007) a educação em saúde como área de conhecimento requer uma visão corporificada de distintas ciências, tanto da educação como da saúde, integrando disciplinas como psicologia, sociologia, filosofia e antropologia. Esse entendimento é reforçado ao se afirmar a educação em saúde como um campo multifacetado, para o qual convergem diversas concepções, as quais espelham diferentes compreensões do mundo, demarcadas por distintas posições político-filosóficas sobre a sociedade.

Na enfermagem trabalha-se com a educação em saúde ancorada nos moldes da integralidade, os quais incluem políticas públicas e comprometimento em desenvolver a solidariedade e a cidadania. Esta é inerente a todas as práticas desenvolvidas no âmbito do SUS. Como prática transversal, proporciona a articulação em todos os níveis de gestão do

² *Carta de Ottawa*: A primeira Conferência Internacional sobre Promoção da saúde, realizada em Ottawa, Canadá, em novembro de 1986, apresenta neste documento sua Carta de intenções, que seguramente contribuirá para se atingir Saúde para Todos no ano 2000 e anos subsequentes. Esta conferência foi antes de tudo, uma resposta às crescentes expectativas por uma nova saúde pública, movimento que vem ocorrendo em todo o mundo (BRASIL, 2002).

sistema, representando dispositivo essencial tanto para a formulação de política de saúde de forma compartilhada, como as ações que acontecem na relação direta dos serviços com os usuários (BRASIL, 2007).

No trabalho da enfermagem junto ao Sistema Único de Saúde, observa-se a educação em saúde como integrante de todas as atividades desenvolvidas, de todos os níveis de atenção e de todos os setores envolvidos com o SUS, contribuindo para os resultados positivos em prol da promoção da saúde.

É preciso pensar a Educação em Saúde na perspectiva da participação social, compreendendo que as verdadeiras práticas educativas somente têm lugar entre sujeitos sociais e, desse modo, devem estar presentes nos processos de educação permanente para o controle social, de mobilização em defesa do SUS e como tema relevante para os movimentos sociais que lutam em prol de uma vida digna. (BRASIL, 2007, p.11).

Essas observações foram necessárias para este estudo, uma vez que comecei a trajetória profissional na área da enfermagem, envolvida com o processo de educação em saúde. Iniciei meu trabalho no curso Técnico de Enfermagem do Centro de Educação de Profissional Renato Ramos da Silva - CEDUP RRS, localizado na cidade de Lages, SC. Trata-se de uma escola da rede pública estadual que possui cursos de ensino médio, integrado e profissionalizante. Trabalhei nessa instituição de ensino no período de fevereiro 2008 a dezembro 2009, como docente, supervisora de Estágios e orientadora da disciplina de Estágio em Saúde Pública na qual os estudantes desenvolvem projetos focados na Educação em Saúde.

Durante o desenvolvimento de todos estes trabalhos junto aos estudantes, foi possível observar diferentes realidades sociais, como comunidades carentes, pessoas com pouca ou nenhuma orientação sobre saúde; conheci o trabalho da atenção básica em saúde para com a comunidade, o processo de atendimento às pessoas de média e alta complexidade³. Observei, principalmente, o trabalho dos profissionais da enfermagem nas diferentes instituições de saúde de Lages. Portanto, foi a partir desses cenários que foi possível pensar e identificar a educação em saúde como uma importante aliada, se não a única, capaz de sensibilizar e estimular as pessoas na busca de melhor qualidade de vida, a viver mais e com mais saúde,

³ *Média Complexidade:* é composta por ações e serviços que visam atender aos principais problemas e agravos de saúde da população, cuja complexidade da assistência na prática clínica demande a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos, para o apoio diagnóstico e tratamento. *Alta complexidade:* Conjunto de procedimentos que, no contexto do SUS, envolve alta tecnologia e alto custo, objetivando propiciar à população acesso a serviços qualificados, integrando-os aos demais níveis de atenção à Saúde (BRASIL, 2003).

ficando assim, longe da necessidade de utilizar medidas curativas como tratamentos, remédios, exames, internamentos hospitalares, longe de dores, sofrimento e altos custos financeiros.

Atualmente, ainda envolvida no contexto da educação em saúde, atuo como educadora de enfermagem obstétrica no curso de graduação e no programa de pós-graduação em Enfermagem. Trabalho junto aos alunos com a integralidade na assistência à mulher em todas as fases da vida, em especial na gestação e puerpério. Nessa área específica da enfermagem, através da educação em saúde, estimulam-se as mulheres e suas famílias a ter melhor qualidade de vida. Ainda em busca de conhecimento acerca desta área da enfermagem encantadora onde está inserido o binômio mãe-bebê a qual envolve com intensidade a educação em saúde e o trabalho da enfermagem, curso pós-graduação em Obstetrícia.

Essas constatações são da maior importância, uma vez que a Constituição Federal de 1988 trouxe um conceito de saúde ampliado ao consagrar o direito universal e integral à saúde por parte do cidadão e ao responsabilizar ainda mais o Estado no desenvolvimento de políticas públicas na perspectiva da promoção da saúde e prevenção de doenças.

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 2003, p.2).

É possível perceber a importância de os estudantes, futuros profissionais da saúde de estarem preparados, envolvidos e comprometidos com a sociedade na comunidade em que vivem, no município em que atuam, visando melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, contribuindo para a resolução de muitos problemas sociais vivenciados hoje. Os profissionais da enfermagem no serviço público de saúde estão sempre bem próximos de indivíduos, famílias, grupos e comunidades, tornando-se indispensáveis na orientação das pessoas.

Tendo em vista as crises social, econômica e ecológica que atualmente vivemos, quando em relação à saúde, poucos são os que podem ou dispõem de tempo para melhorar sua qualidade de vida nos aspectos físico, psíquico e social, cada vez mais cedo as pessoas adquirem doenças crônicas devido a seus hábitos de vida. A partir desse contexto tematizado e problematizado com esta Dissertação de Mestrado procurei investigar alguns aspectos do Curso Técnico em Enfermagem do CEDUP RRS, uma escola que forma trabalhadores da enfermagem. O que acredito é que os alunos envolvidos neste curso possam adquirir competências para realizar procedimentos eficazes diante de problemas inesperados dos

processos de saúde/doença, para agir de forma positiva em diferentes realidades, visto que estes podem constituir em agentes ativos e transformadores da comunidade que irão assistir, trabalhando com educação em saúde.

Estes estudantes, futuros trabalhadores da saúde, podem ter uma formação fundamentada na autonomia, no respeito à diferença, educados para pensar, pois, “diante da velocidade com que o conhecimento é produzido e envelhece, não adianta acumular informações. É preciso saber pensar, refletir sobre a realidade e a partir dela.” (ARRUDA 2008, pág. 2). Um curso de graduação tem uma durabilidade, no máximo, de três ou quatro anos, enquanto na sociedade do conhecimento, fluem intensa e rapidamente novos conhecimentos a exigir do profissional a competência de “aprender a pensar” para articular seu saber-fazer no sentido de aperfeiçoar sua capacidade de resolubilidade no serviço da saúde.

Diferente de três décadas atrás, quando em Lages se instalava a primeira escola de enfermagem, hoje a cidade possui quatro escolas, sendo duas de nível superior, a Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC e o Centro Universitário - FACVEST, sendo a primeira uma Universidade Comunitária, a segunda particular. As outras duas escolas são de nível técnico de ensino, funcionam nas seguintes instituições: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e no Centro de Educação Profissional Renato Ramos da Silva (CEDUP).

A cada semestre do ano letivo, uma nova leva de profissionais egressos de uma escola mantém expectativa de inserção no mercado de trabalho. Muitos destes já engrossam a fila de espera por uma oportunidade de trabalho.

Por força de Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino profissional que trazem uma nova concepção do serviço da enfermagem, esses profissionais não devem mais restringir-se a desenvolver o cuidado focado na assistência curativa e hospitalocêntrica, mas, podem ser preparados e terem competências principalmente para atuar no nível primário de atenção em saúde, para trabalhar na comunidade com a promoção da saúde, na perspectiva de melhorar a qualidade de vida da população e enfim de toda uma sociedade. Reitero o princípio da Universalidade do SUS que aponta a saúde é um direito de todos e é um dever do Poder Público a provisão de serviços e de ações que a garantam (BRASIL, 1998). Esse princípio da universalização coloca o desafio de oferta desses serviços e ações de saúde a todos que deles necessitem, todavia, enfatizando as ações preventivas e reduzindo o tratamento de agravos, sendo a enfermagem também responsável por essas ações, que de forma sistemática pode ajudar na melhora da atual crise vivenciada hoje.

Ao longo do desenvolvimento de meu trabalho como docente do curso Técnico de Enfermagem do CEDUP RRS percebi que se discute pouco sobre as políticas públicas, sobre a importância da educação em saúde nos níveis da promoção e prevenção no serviço da enfermagem. Compreendi que secundariza-se na prática curricular o perfil profissiográfico do Técnico em Enfermagem que se pauta pelo profissional que exerce suas atividades com competência para a promoção do ser humano na sua integralidade, de acordo com os princípios da ética e da bioética (Lei do Exercício Profissional de Enfermagem Nº 7.498/1986).

A problemática que permeia esse estudo envolve o contexto do Curso Técnico de Enfermagem. Considerando a atual crise social, problematizo a formação dos profissionais da saúde com o princípio de que a Enfermagem é uma profissão comprometida com a saúde e qualidade de vida das pessoas, famílias e coletividade conforme citado no código de ética da enfermagem:

A enfermagem compreende um componente próprio de conhecimentos científicos e técnicos, construído e reproduzido por um conjunto de práticas sociais, éticas e políticas que se processa pelo ensino, pesquisa e assistência. Realiza-se na prestação de serviços à pessoa, família e coletividade, no seu contexto e circunstâncias de vida. (Lei do Exercício Profissional de Enfermagem Nº 7.498/1986, p.1).

O Código de Ética dos Profissionais da Enfermagem inclui como responsabilidade profissional, em seu capítulo III, art. 18 – Manter-se atualizado, ampliando seus conhecimentos técnicos, científicos e culturais, em benefício da clientela, coletividade e do desenvolvimento da profissão (Lei do Exercício Profissional de Enfermagem Nº 7.498/1986). Analisando este artigo, é relevante destacar a importância da formação desses profissionais e a relevância desta pesquisa.

O objetivo geral deste trabalho foi o de analisar a percepção de docentes e discentes acerca do Curso Técnico em Enfermagem do Centro de Educação Profissional RRS. Para alcançar este objetivo, procurei dividir o desenvolvimento da pesquisa em três objetivos específicos: Refletir sobre a Educação Profissional da Enfermagem em seu contexto histórico ampliado, suas bases legais, e as Diretrizes Curriculares Nacionais que regem o ensino profissionalizante; Investigar sobre a Formação do Profissional da Enfermagem do CEDUP RRS trazendo à cena o Projeto Político Pedagógico assumido pelo curso e Confrontar as Diretrizes Curriculares Nacionais que regem o ensino profissionalizante e o Projeto Político Pedagógico assumido pelo curso com as percepções e práticas dos docentes e discentes acerca do processo ensino-aprendizagem: conflitos, tensões, metodologias, dilemas e possíveis

perspectivas futuras do curso.

Do ponto de vista da estrutura deste trabalho, a Dissertação foi estruturada em três capítulos, a saber: o primeiro capítulo analisou a profissão da enfermagem através de seu marco histórico e da trajetória do ensino da profissão; a legislação referente à formação e prática da enfermagem atualmente e as categorias que compõem a equipe de enfermagem. Logo analisou as Diretrizes Curriculares Nacionais que regem o ensino profissional da enfermagem no nível técnico de ensino e das informações contidas no Plano Estadual de educação referente ao ensino profissionalizante. O segundo capítulo investigou: a formação dos Profissionais da Enfermagem, sobre o cenário do estudo, o Centro de Educação Profissional RRS e o Curso Técnico em Enfermagem desta instituição, trazendo as informações contidas no seu Projeto Político Pedagógico. O terceiro capítulo discutiu sobre: os passos metodológicos desta pesquisa; os instrumentos e técnicas metodológicas utilizada e a entrada no campo de pesquisa, relações e reflexões na prática da etnografia. O quarto capítulo confrontou: os documentos que normatizam a educação profissional de nível técnico, ou seja, as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Projeto Político Pedagógico assumido pelo curso de enfermagem do CEDUP, com as percepções e práticas dos docentes e discentes acerca do processo ensino-aprendizagem. Os conflitos, as tensões, dilemas e possíveis perspectivas futuras do curso foram destacadas.

A expectativa é de que este estudo contribua para o aperfeiçoamento dos cursos de enfermagem, tendo como referências as diretrizes curriculares norteadoras propostas pelo Ministério da Saúde (MS) e Conselho Nacional de Saúde (CNE). Almejo desta forma, analisar a formação do profissional da enfermagem não indicando caminhos absolutos, fórmulas corretas e verdadeiras, mas buscando contribuir para a reflexão acerca da formação em enfermagem junto aos envolvidos neste contexto.

CAPITULO I

Neste capítulo abordo inicialmente uma retrospectiva histórica da instalação da Enfermagem no Brasil, trago para a cena os trabalhadores da enfermagem e as leis do exercício de suas atividades atualmente, em diferentes instituições de saúde; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional de nível técnico; o Plano Estadual da Educação entre outros documentos que normatizam esse tipo de ensino.

1.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DA ENFERMAGEM

A Enfermagem é a arte de cuidar, a ciência cuja essência é o cuidado aos indivíduos, famílias, grupos e comunidades de modo integral e holístico, desenvolvendo de forma autônoma ou em equipe atividades de promoção, proteção, prevenção, reabilitação e recuperação da saúde. Como preconiza a Lei do Exercício Profissional da Enfermagem:

A enfermagem compreende um componente próprio de conhecimentos científicos e técnicos, construído e reproduzido por um conjunto de práticas sociais, éticas e políticas que se processa pelo ensino, pesquisa e assistência. Realiza-se na prestação de serviços à pessoa, família e coletividade, no seu contexto e circunstâncias de vida. (Lei do Exercício Profissional de Enfermagem N° 7.498/1986, p.1).

O ensino da Enfermagem no Brasil que dá ao cuidador a designação de profissional da área, inicialmente tinha o intuito de formar profissionais qualificados para trabalhar com prevenção em saúde pública. Devido às mudanças tecnológicas, bem como do contexto político, social e econômico, no decorrer do tempo, as ações de enfermagem centralizaram-se na prática curativa, mantém-se em grande parte, tal concepção até os dias de hoje (MELO, 2006).

A enfermagem profissional no mundo foi conhecida a partir das bases científicas

propostas por Florence Nightingale,⁴ que foi influenciada pela sua passagem nos locais onde se executava o cuidado de enfermagem leigo e fundamentado nos conceitos religiosos. Ela valorizava o ambiente adequado para o cuidado, a divisão social do trabalho em enfermagem e autoridade sobre o cuidado a ser prestado. Segundo Bartmann (1997) Florence foi trabalhar junto aos soldados feridos na Guerra da Criméia onde estes se encontravam em abandono e a mortalidade era de 40%. Florence com sua ação reduziu a mortalidade no local, que caiu de 40% para 2%. Ela foi chamada pelos soldados de "anjo da guarda" e ficou conhecida como "Dama da Lâmpada" (eis o símbolo da enfermagem), pois à noite, com a lanterna na mão, saía percorrendo as enfermarias atendendo os doentes. Florence Nightingale, depois de sua atuação na guerra, recebe um prêmio de honra pelo governo inglês (BARTMANN, 1997).

O destino da enfermagem mudou com a Escola de Enfermagem sob o comando Florence em 1959, esta escola tinha disciplina rigorosa, do tipo militar, uma das características da escola nightingaleana, bem como a exigência de qualidades morais das candidatas. A enfermagem se propagou pelo mundo a partir da Inglaterra com a escola de Florence. A partir destes acontecimentos, a enfermagem deixa de ser uma atividade empírica, desvinculada do saber especializado.

O juramento feito por Florence Nightingale reflete bem os valores que passaram a orientar o trabalho profissional da enfermagem:

Comprometo-me solenemente, perante Deus e em presença desta comunidade, viver com dignidade e exercer dedicadamente a minha profissão. Abster-me-ei de tudo quanto for desmoralizador e malévolo; nunca usarei ou administrarei, com pleno conhecimento, qualquer droga nociva à vida humana. Tudo farei para manter e elevar o nível da minha profissão, usando de sigilo em todas as questões pessoais que sejam confiadas à minha guarda ou nos assuntos familiares do meu conhecimento, durante o desempenho do meu trabalho. Com lealdade e como mensageiro de saúde devotar-me-ei livremente ao bem-estar de quantos venham a ser entregues aos meus cuidados. (BARTMANN, 1997, p.32).

No Brasil a organização da Enfermagem compreende desde o princípio da colonização, período em que foram abertas as das Casas de Misericórdia. No período Imperial a enfermagem brasileira teve raros nomes de destaque, entre eles merece especial menção o de Ana Neri⁵ que na Guerra do Paraguai ficou conhecida como heroína.

⁴ Florence Nightingale nasceu na Itália, filha de ingleses tinha ela determinação e perseverança, dominava mais de quatro línguas. No desejo de realizar-se como enfermeira estudou as atividades das Irmandades Católicas em Roma em 1884. Em 1849 faz uma viagem ao Egito e decide-se servir a Deus trabalhando entre as diaconisas (BARTMANN, 1997).

⁵ A história de Ana Néri assemelha-se à de Florence Nightingale, semelhanças no âmbito governamental e

Registros apontam que a escola de enfermagem mais antiga do Brasil, é de 1890, a Escola “Alfredo Pinto”, fundada no Rio de Janeiro. Tinha por fim preparar profissionais que atuassem nos hospícios e hospitais civis e militares. Funcionava nas dependências do Hospício Nacional dos Alienados, Antigo Hospício Dom Pedro II.

Em 1916 teve início a Escola da Cruz Vermelha do Rio de Janeiro, com um curso de socorrista, para atender às necessidades prementes da 1ª Guerra Mundial, logo foi evidenciada a necessidade de formar profissionais da área da enfermagem.

A Escola Ana Néri teve início em fevereiro de 1923. Na mesma época, durante um surto de varíola, enfermeiras e alunas dedicaram-se ao combate à doença. Enquanto nas epidemias anteriores o índice de mortalidade atingia 50%, desta vez baixou para 15%, pois o curso da escola Ana Néri preparava suas alunas para participar de programas de combate às endemias, cuidar do isolamento dos enfermos e fazer o acompanhamento dos contatos. O pré-requisito das candidatas ao curso era o diploma de escola normal, nesse período foi evidenciada a necessidade de pessoal auxiliar, cabendo à enfermeira Ana Néri a tarefa de prepará-los. Assim, de uma maneira inicialmente informal, surgiu o auxiliar de enfermagem.

Em 1931, o então presidente Getúlio Vargas regulamentou, pela primeira vez, o exercício da enfermagem no Brasil através do Decreto nº 20.109.12.⁶

Pelo Decreto nº 10.925, de junho de 1933 e iniciativa de Dr. Ernani Agrícola, diretor da Saúde Pública de Minas Gerais, foi criado pelo Estado a Escola de Enfermagem "Carlos Chagas", sendo inaugurada em 19 de julho do mesmo ano. A Escola "Carlos Chagas", além de pioneira entre as escolas estaduais, foi a primeira a diplomar religiosas no Brasil (BRASIL, 1974).

Importante na história da enfermagem, também merece destaque a Escola de Enfermagem Luisa de Marillac, fundada em 1939 e dirigida pelas irmãs da Caridade. A escola representou um avanço na Enfermagem Nacional, pois abria largamente suas portas, não só às jovens estudantes, como também às religiosas de todas as Congregações. É a mais antiga escola de religiosas no Brasil.

Em 1939, fundada pelas Franciscanas Missionárias de Maria, a Escola Paulista de Enfermagem foi a pioneira da renovação da enfermagem na Capital paulista, uma das importantes contribuições dessa escola foi o início dos Cursos de Pós-graduação em

social do valor do trabalho hoje conhecido como trabalho de Enfermagem (BARTMANN, 1997).

⁶ Este Decreto também fixou as condições para as Escolas de Enfermagem se equipararem à Escola de Enfermeiras Ana Néri, que passou a ser considerada a escola-padrão oficial. Em 1937, a Escola foi incorporada à então Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (BRASIL, 1974).

Enfermagem Obstétrica.

Em 1940, as práticas do trabalho assistencial nos hospitais trouxeram a necessidade da divisão de trabalho em enfermagem devido ao grande número de leitos e o pequeno número de enfermeiras. Dividiu-se de forma que as ações administrativas e de educação ficaram com as enfermeiras, cabendo aos auxiliares o cuidado direto do paciente. Para que pudesse desempenhar melhor sua função, a categoria auxiliar passou a receber treinamento específico para a área hospitalar. A divisão de trabalho na enfermagem brasileira, iniciada naquela época, se mantém até os dias de hoje. Em 1946, a Escola Ana Néri já realizava o curso de Auxiliar de Enfermagem (BRASIL, 1974).

Em 1944 foi fundada a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - USP com a colaboração da Fundação de Serviços de Saúde Pública (FSESP) que fazia parte da Universidade de São Paulo. A Escola ministrou cursos de formação de Professores e Administração de Enfermagem com a duração de um ano. Acrescentou no seu currículo o Curso de Habilitação em Obstetrícia, e Enfermagem Médico-Cirúrgica.

Em 1950, com o crescimento industrial, a enfermagem científica brasileira, que nasceu eminentemente preventiva, passou a ocupar a rede hospitalar majoritariamente privada, empresarial e lucrativa, atendendo aos interesses capitalistas. Na medida em que se ampliavam as oportunidades de trabalho, crescia o número de escolas e cursos de enfermagem e de auxiliares. De 1940 a 1956, foram criados 43 cursos de Auxiliares de Enfermagem (BARTMANN, 1997).

Na década de 60, aconteceram fatos importantes relacionados com o desenvolvimento da enfermagem no Brasil. Um deles foi a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Segundo Bassinello (2002) a partir da década de 60, o Ministério da Saúde, preocupado com a problemática nacional, vinha promovendo estudos e programas para apoiar os sistemas de formação e capacitação de auxiliares de enfermagem do Brasil. O curso de auxiliar de enfermagem fixou-se com duração de dois anos letivos, através do ginásio profissionalizante, em 1965. E através da LDB nº 4024/1961 foram criadas as escolas técnicas no país. O curso técnico de enfermagem é introduzido no Brasil através da LDB nº 4024/1961 e da discussão pela criação de mais uma categoria profissional na enfermagem pela Associação de Enfermeiras Diplomadas.

A prática de saúde notoriamente hospitalocêntrica, dominante na década de 60, foi o fator que contribuiu para o aumento do mercado de trabalho na área da enfermagem e o aumento do número de escolas de enfermagem. Com a lei nº 5.692/71 (LDB) o curso Técnico em Enfermagem e o Auxiliar de Enfermagem passaram efetivamente a integrar o sistema

educacional do País ao nível de segundo grau, hoje denominado de ensino médio. O curso de Licenciatura em Enfermagem foi criado em 1968, no entanto, atualmente são poucos os cursos de graduação que apresentam essa modalidade em seu currículo.

O enfermeiro ao cursar Licenciatura em Enfermagem contemporaneamente, está se preparando para atuar na educação profissional em enfermagem, ou seja, na formação dos futuros técnicos e auxiliares de enfermagem, além de proporcionar a si mesmo o desenvolvimento pessoal e profissional, assim como a reflexão sobre a realidade, podendo, inclusive, transformá-la (SANTOS, 2006).

Durante a década de 70 e início da década de 80, a política de saúde passou a enfatizar as ações básicas de saúde e a organização de serviços, de menores níveis de complexidade. Foram neste período recomendados pela VII Conferência Nacional de Saúde (1980) e pela Reunião da Organização Mundial de Saúde (OMS), realizada em Alma-Ata (1977) programas para tentar revalorizar os cuidados primários de atenção à saúde.

Ressalta-se a VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, em 1986, como marco importante para a saúde no país. A plenária dessa Conferência recomendou o Sistema Único de Saúde (SUS) e em 1988 a nova Constituição da República afirma os ideais da nova proposta para o setor saúde, na medida em que reconheceu que “a saúde é um direito de todos e dever do Estado.” Constituição Federal (1988) Posteriormente, a Lei nº 8.080/90 deu condições legais para a implantação do SUS.

A Lei nº 8.080/90 Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Esta Lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado. (Brasil, 1990, p.1).

Esta Lei no seu artigo nº 4 refere o Sistema Único de Saúde como sendo “o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).” (BRASIL, 1990, p.2).

Em 2002 foram propostos cursos de qualificação de auxiliar de enfermagem pelo PROFAE (Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de enfermagem). Vale destacar que o PROFAE, inscrito no âmbito das Políticas Públicas da área da saúde, foi uma iniciativa do Ministério da Saúde. O início de sua operacionalização ocorreu no ano de 2000, em todo o território nacional. Esses cursos de qualificação foram oferecidos por escolas com

experiência na formação desta categoria, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade da atenção ambulatorial e hospitalar, por meio da redução do déficit de pessoal de enfermagem qualificado e apoiar a dinamização e regulamentação do mercado de trabalho no setor Saúde (FORMAÇÃO, 2003). O PROFAE atendeu também à formação de enfermeiros-docentes para a Educação Profissional de Nível técnico de Enfermagem.

Para entender a situação da força de trabalho da Enfermagem atualmente, faz-se necessário, situar a profissão no plano jurídico-legal. Conforme a definição da Lei Nº 7.498 de 25/06/86 e do Decreto Nº 94.406 de 08/06/87, que dispõem sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem, as categorias de Enfermagem são estruturadas verticalmente pelos Enfermeiros (graduados no nível de 3º grau), Técnicos de Enfermagem (formados em cursos profissionalizantes de nível médio), Auxiliares de Enfermagem (formados em cursos profissionalizantes de nível médio). A categoria Atendente e Parteiras atualmente não integra mais o exercício da enfermagem.

Ao anotar acerca das parteiras, tive curiosidade em saber sobre esta prática, que pouco conhecia, visto que hoje trabalho com a obstetrícia. Fui incitada a procurar estudos que trouxesse informações acerca destas mulheres honradas. Para isso pude contar com a Dissertação de Mestrado da colega de profissão Rosana Studnicka Lopes. Refere Lopes (2009) que as parteiras, até meados do século XX, eram figuras bastantes presentes no cotidiano das cidades brasileiras. Em geral eram mulheres de origem social popular e a maior parte delas não eram escolarizadas. Com o passar dos tempos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, predominou o parto hospitalar, quando normas e rotinas passaram a ser ditadas para o tratamento e comportamento da mulher frente ao nascimento.

A maior parte das mulheres, “até meados do século XX, pariam com ajuda de outras mulheres, por não serem nobres ou de classe de maior renda, passou também a ser objeto do interesse médico e ter seus partos atendidos ou observados por profissionais oficialmente preparados para este fim, como as enfermeiras-obstetras e médicos.” (BRASIL, 2001, apud LOPES 2009, p.34).

Lopes (2009) explica em sua pesquisa que a partir deste momento, o parto passa a ser caracterizado como um evento médico, onde o parto deixa de ser privado, íntimo e feminino, e passa a ser vivido de maneira pública, com a presença de outros atores sociais. As Parteiras “leigas”, especialmente após a década de 60 do século XX, passaram a ser mal vistas oficialmente. Conclui-se com a leitura do estudo de Lopes (2009) que a medicalização, como todo o processo econômico, ideológico e político foi se instalando na vida e tomando conta

dos corpos pessoais e sociais. Desse modo, práticas e saberes apreendidos como o ato de partear foram oficialmente condenados, sendo que hoje no país as parteiras somente são encontradas em regiões cujo atendimento médico e hospitalar é extremamente deficiente.

Atualmente a enfermagem conta com a Resolução do COFEN 311/2007 que dispõe sobre código de ética dos profissionais de enfermagem, o qual está organizado por assunto e inclui princípios, direitos, responsabilidades, deveres e proibições pertinentes à conduta ética dos profissionais de enfermagem. O Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem leva em consideração a necessidade e o direito de assistência em enfermagem da população, os interesses do profissional e de sua organização. Está centrado na pessoa, família e coletividade e pressupõe que os trabalhadores de enfermagem estejam aliados aos usuários na luta por uma assistência sem riscos e danos e acessível a toda população (Lei do Exercício Profissional de Enfermagem Nº 7.498/1986).

1.2 OS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM

O exercício da enfermagem está disposto pela Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, regulamentada pelo Decreto N. 94.406/87, define as categorias que pertencem à enfermagem, bem como, as atribuições que lhe competem.

O exercício da atividade de Enfermagem, observadas as disposições da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, e respeitados os graus de habilitação, é privativo de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira e só será permitido ao profissional inscrito no Conselho Regional de Enfermagem da respectiva região. (Lei do Exercício Profissional de Enfermagem Nº 7.498/1986, p.1).

Com a hierarquização das funções dos integrantes da equipe de enfermagem, ficou estabelecido, pela Lei do exercício profissional de enfermagem, que os técnicos de enfermagem são portadores de diploma de nível técnico conferido por escolas devidamente registradas, com nível de escolaridade, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de enfermagem em grau auxiliar. Cabe-lhe assistir o enfermeiro, executar as atividades de enfermagem e integrar a equipe de saúde.

Para entender o trabalho dos técnicos em enfermagem hoje é importante analisar as categorias da equipe de enfermagem do ponto de vista legal. Para tal análise, descrevem-se

abaixo os profissionais Técnicos em Enfermagem, Enfermeiros, Auxiliares e Parteiras segundo a legislação que estabelece estas categorias a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, regulamentada pelo Decreto N. 94.406/87.

Segundo a Lei nº 7.498/86, legislação atual que estabelece as categorias dos trabalhadores de enfermagem, são Enfermeiros: I - o titular do diploma de Enfermeiro conferido por instituição de ensino, nos termos da lei; II - o titular do diploma ou certificado de Obstetrix ou de Enfermeira Obstétrica, conferidos nos termos da lei; III - o titular do diploma ou certificado de Enfermeira e a titular do diploma ou certificado de Enfermeira Obstétrica ou de Obstetrix, ou equivalente, conferido por escola estrangeira segundo as respectivas leis, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como diploma de Enfermeiro, de Enfermeira Obstétrica ou de Obstetrix; IV - aqueles que, não abrangidos pelos incisos anteriores, obtiveram título de Enfermeira conforme o disposto na letra "d" do Art. 3º. do Decreto-lei Decreto nº 50.387, de 28 de março de 1961.

Segundo dados do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), atualmente apenas 20% do total de trabalhadores da Enfermagem são Enfermeiros. O Curso de graduação em Enfermagem tem se pautado pela preocupação da categoria com relação à formação de seus egressos, preocupação que tem determinado a busca permanente por metodologias e tecnologias de ensino e aprendizagem que possibilitem a formação dos enfermeiros com competências técnicas e políticas para o exercício profissional. Como aparelho de divulgação do pensamento hegemônico no ensino e prática da Enfermagem, a Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn teve um papel estratégico exercendo uma forte influência na produção acadêmica desse saber e na construção dos currículos das escolas.

Já os profissionais técnicos de enfermagem, segundo a Lei nº 7.498/86, são: I - o titular do diploma ou do certificado de técnico de Enfermagem, expedido de acordo com a legislação e registrado no órgão competente; II - o titular do diploma ou do certificado legalmente conferido por escola ou curso estrangeiro, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como diploma de técnico de Enfermagem. Essa categoria é hoje em maior número em relação às demais, segundo dados atuais do COFEN. Observa-se seu importante papel junto à sociedade brasileira, uma vez que a cada dia cresce o número de trabalhadores da categoria trabalhando junto à comunidade. Sendo assim ressalto atualmente a relevância de refletir acerca da formação desses profissionais.

A Lei nº 7.498/86 normatiza o Auxiliar de Enfermagem como: I - o titular do certificado de Auxiliar de Enfermagem conferido por instituição de ensino, nos termos da Lei

e registrado no órgão competente; II - o titular do diploma a que se refere a Lei nº 2.822, de 14 de junho de 1956; III - o titular do diploma ou certificado a que se refere o item III do Art. 2º. da Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, expedido até a publicação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961; IV - o titular de certificado de Enfermeiro Prático ou Prático de Enfermagem, expedido até 1964 pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, do Ministério da Saúde, ou por órgão congênere da Secretaria de Saúde nas Unidades da Federação, nos termos do Decreto-lei nº 23.774, de 22 de janeiro de 1934, do Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, e da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959; V - o pessoal enquadrado como Auxiliar de Enfermagem, nos termos do Decreto-lei nº 299, de 28 de fevereiro de 1967; VI - o titular do diploma ou certificado conferido por escola ou curso estrangeiro, segundo as leis do país, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como certificado de Auxiliar de Enfermagem. Atualmente essa categoria está distribuída em menor número em relação a décadas anteriores, pois o trabalho na enfermagem exige atualização permanente de seus profissionais.

1.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

1.3.1 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A LEI DE DIRETRIZES E BASES Nº 9.394/96 (LDB)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional foram definidas pela Resolução CNE/CEB n.º 04/99 e pelo Parecer CNE/CEB n.º 16/99, ambas aprovadas em 05/10/99; esses documentos contêm normas estabelecidas pelo conselho nacional de educação, direcionadas ao ensino profissional de nível técnico. Organizam a educação profissional por áreas, cargas horárias e conteúdos mínimos fixados por habilidades e competências básicas, em cada área profissional. As diretrizes devem possibilitar a definição de metodologias de elaboração de currículos a partir de competências profissionais gerais do técnico por área (Parecer CNE/CEB Nº 16/99).

No Parecer CNE/CEB Nº 16/99 encontram-se informações que proporcionam o entendimento da situação atual do ensino profissional.

A formação profissional, desde as suas origens, sempre foi reservada às classes menos favorecidas, estabelecendo-se uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber (ensino normal) e os que executavam tarefas manuais (ensino profissional). Até meados da década de setenta, a formação profissional limitava-se ao treinamento para a produção em série e padronizada, com a incorporação de operários desempenhando tarefas simples, rotineiras e previamente especificadas e delimitadas. Na década de 80, as novas formas de organização e de gestão modificaram o mundo do trabalho. “Em consequência, passou-se a requerer sólida base de educação geral para todos os trabalhadores; educação profissional básica aos não qualificados e qualificação profissional de técnicos.” (PARECER CNE/CEB Nº 16/99, p. 34).

Nas décadas de 70 e 80 multiplicaram-se os estudos das novas tecnologias, que revelaram a exigência de profissionais com capacidade de interagir em situações novas. Tendo em vista as mudanças no mundo do trabalho, escolas e instituições de educação profissional buscaram diversificar programas e cursos profissionais, atendendo novas áreas e elevando os níveis de qualidade da oferta de ensino.

O exercício profissional de atividades de nível técnico vem sofrendo grandes mudanças. Observa-se que ao técnico formado com base nas diretrizes curriculares apoiadas no Parecer CFE n.º 45/72, era exigida, predominantemente, formação específica, ou seja, um técnico não precisaria transitar por outra atividade ou setor diverso de sua formação, mesmo que pertencesse à mesma área profissional.

Atualmente a situação é outra, “torna-se cada vez mais essencial que o técnico tenha um perfil de qualificação que lhe permita construir itinerários profissionais, com mobilidade, ao longo de sua vida produtiva.” (PARECER CNE/CEB Nº 16/99, p.22).

Segundo o art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A educação profissional é, antes de tudo, educação. Por isso mesmo, rege-se pelos princípios explicitados na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Assim, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, a liberdade de aprender e ensinar, a valorização dos profissionais da educação e os demais princípios consagrados pelo artigo 3.º da LDB devem estar contemplados na formulação e no desenvolvimento dos projetos pedagógicos das escolas e demais instituições de educação profissional. (PARECER CNE/CEB Nº 16/99, p.22).

Referente ao plano nacional de educação (PNE), previsto pela Constituição Federal de

1988, observa-se que o mesmo fica postergado, não sendo explicitado na Lei 9.394/96 (LDB), mas é colocado como uma prerrogativa do Executivo, bem como, as diretrizes e bases da política a serem implementadas. O PNE foi aprovado no ano de 2001, definindo os objetivos, as diretrizes, as metas para a educação brasileira até 2010 (INEP, 2004).

O nível técnico da educação profissional está destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados e egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida pelo decreto Nº 2.208 de 17 de abril de 1997.

Esse decreto ao regulamentar o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394/96 (LDB) afirma como objetivos da educação profissional:

- formar técnicos de nível médio e tecnólogos de nível superior para os diferentes setores da economia;
- especializar e aperfeiçoar (o trabalhador em seus) conhecimentos tecnológicos;
- qualificar, requalificar e treinar jovens e adultos em qualquer nível de escolaridade, para a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Através do seu artigo nº 3, este decreto estabelece que a educação profissional abrange três níveis de formação: básico, técnico e tecnólogo.

Ainda em relação ao decreto, refere que o currículo do ensino técnico será organizado por disciplinas, agrupadas por áreas e setores da economia e sob a forma de módulos; os diferentes módulos poderão fazer parte de mais de uma habilidade específica, ensejando a possibilidade de construção de itinerários formativos. Estes módulos poderão ser cursados em instituições diferentes e ter caráter conclusivo para efeito de qualificação profissional, dando direito a certificado de competência.

A noção de competências começou na Europa, a partir de 1980, com as Ciências da Organização, devido à crise implantada no modelo taylorista/fordista de mundialização da economia de exacerbação da competição e de demanda da melhoria da qualidade de trabalho. Diante da crise, as empresas passaram a valorizar a escolaridade dos funcionários, além das capacidades individuais. A aprendizagem, então, passou a ser orientada para a ação e a avaliação das competências baseadas nos resultados observáveis (SANTOS, 2006).

Atualmente o Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004 revoga o Decreto anteriormente citado. Este novo decreto não introduz mudanças significativas na estrutura do ensino profissionalizante, perpetuando a mesma lógica e princípios de organização por áreas profissionais e articulação das áreas de educação, trabalho e emprego, ciência e tecnologia, dando continuidade à proposta do itinerário formativo que objetiva a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

O artigo 4º §1º diz que a educação profissional será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno e concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer também, de forma subsequente oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2007).

O Decreto 2.208/1997 refere sobre os professores do ensino técnico que, as disciplinas do currículo do ensino técnico serão ministradas por professores, instrutores e monitores detentores de experiência profissional em determinada área /ou atividade profissional, os quais deverão receber formação para o magistério (prévia ou concomitante), mediante cursos regulares de licenciatura ou de programas especiais de formação pedagógica (MANFRED, 2002).

Segundo a nova Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

As diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional de nível técnico regem-se por um conjunto de princípios que incluem o da sua articulação com o ensino médio e os comuns com a educação básica, também orientadores da educação profissional, que são os referentes aos valores estéticos, políticos e éticos.

Considerando as diretrizes, observa-se que a educação profissional tem objetivo de qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, visando à inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho. Ela deve preparar os indivíduos para um mundo regido, fundamentalmente, pelo conhecimento e pela mudança rápida e constante. Um exercício profissional competente implica em um efetivo preparo para enfrentar situações inesperadas em condições de responder aos novos desafios profissionais de forma criativa, eficiente no processo e eficaz nos resultados (PARECER CNE/CEB Nº 16/99).

1.3.2 PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.

Segundo o Plano Estadual de Educação – PEE (2004) a educação profissional em Santa Catarina, tem como foco o sujeito inserido no contexto das relações sociais, econômicas e culturais, através da qualificação, da habilitação e da especialização do jovem e do adulto para o mundo do trabalho. Este plano aponta a Lei de Diretrizes e Bases como o marco que vem superar a política compensatória, norteadas pela visão tecnicista, estabelecendo profundas transformações nas dimensões: social, política, e econômica. Esse documento ainda refere que a formação profissional, no Estado, constitui-se de instituições públicas e privadas, que atuam nos níveis de qualificação e formação profissional e tecnológica e cita o cenário do estudo, o CEDUP como sendo uma instituição Pública Estadual.

Em suma, com esse apanhado histórico foi possível observar que desde as suas origens, a formação das práticas de Enfermagem, teve por meta um perfil profissional que cultive traços de caráter, aliados às competências técnicas, éticas e políticas; e que no caminho percorrido desde as primeiras escolas de Enfermagem até o momento, pôde-se identificar a preocupação com a defesa dos espaços ocupados pela categoria, remetendo à intenção de legitimar um conhecimento específico da Enfermagem.

Foi possível perceber a evolução e organização das categorias dos trabalhadores da enfermagem, da hierarquização das funções, da sistematização da assistência à saúde e do contexto do ensino da área. Inicialmente este ensino nasceu nos moldes da saúde pública com intuito de formar profissionais qualificados para trabalhar com prevenção em saúde, e com o decorrer dos tempos, todas as ações de enfermagem centralizaram-se na prática curativa. Atualmente o contexto mudou, embora ainda se encontre a concepção da prática curativa. Porém retorna o ensino nos moldes da saúde pública. A legislação que rege o exercício profissional da enfermagem, o sistema de saúde vigente e as leis que regem o ensino das escolas da área novamente preconizam as ações de saúde ancoradas na saúde pública.

Atualmente encontra-se a promoção da saúde ancorada nas ações de enfermagem, presente principalmente no ensino desta área, sendo possível desenvolver suas ações através da educação em saúde, buscando a capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo.

CAPÍTULO II

Neste capítulo trago para a cena a formação do Profissional da Enfermagem do CEDUP Renato Ramos da Silva, a instituição onde funciona o curso de Enfermagem em estudo e as informações relacionadas ao estudo contidas em seu Projeto Político Pedagógico.

2.1 O Centro de Educação Profissional Renato Ramos da Silva

O Centro de Educação Profissional Renato Ramos da Silva é uma escola pública, mantida pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, com sede no município de Lages. Localiza-se na avenida Castelo Branco, bairro Universitário, em frente à UNIPLAC. Anteriormente a escola possuía o nome CIS (Centro Interescolar de Segundo Grau), e no ano 2000 o CIS deixou de existir na cidade, passando a funcionar neste local o CEDUP, com o nome de Renato Ramos da Silva.

Atualmente funcionam no CEDUP cursos em níveis de ensino médio, ensino integrado e ensino profissional de nível médio. Possui amplo espaço físico, conta com laboratórios, salas de aula, auditório, ginásio de esporte, entre outros.

Segundo informações da direção da escola, esta possuía uma Cooperativa dos alunos, a COOPERCIS, a qual arrecadava dos alunos uma taxa mensal servindo como ajuda de custo aos cursos, pois somente com a verba do governo do Estado os cursos profissionalizantes não se mantêm. A cooperativa foi fechada no fim do ano de 2007 e no final de 2008, para suprir a falta da cooperativa e da ajuda que a mesma proporcionava, a escola criou uma Associação de Pais e Alunos (APP), a qual passou a substituir a extinta cooperativa.

O CEDUP atualmente oferece outros cursos. Técnico em Química com habilitação em Análise de Processos, Técnico em Edificações, Técnico em Administração, Técnico em Higiene Dentária, Técnico em Enfermagem, Técnico em Secretariado, Técnico em Manutenção de Computadores, Técnico em Segurança do trabalho, Técnico em Contabilidade, Técnico em Turismo e Hotelaria, Técnico em Operador de Computador.

A escola conta com dois diretores, sendo um diretor geral e outro administrativo. Todos os cursos profissionalizantes contêm uma coordenação específica. O Curso Técnico em Enfermagem atualmente possui oito professores com diferentes formações e o número de estudantes matriculados é de 140 ao todo.

2.2 O Curso Técnico em Enfermagem do CEDUP Renato Ramos da Silva

O curso Técnico em Enfermagem do CEDUP RRS, todo semestre do ano letivo forma homens e mulheres para atuar em diferentes departamentos do setor saúde, buscando melhorar a qualidade de vida dos indivíduos, famílias e comunidade.

Segundo Arruda (2008), os processos de formação incluem várias formas de apreensão da realidade, saberes adquiridos não só no plano institucional, mas também no plano informal, através de vivência. Observa-se no mundo pós-moderno, a formação do trabalhador da enfermagem como um desafio, pois esse trabalhador necessita desenvolver habilidades e competências para atuar neste mundo novo, onde o conhecimento produzido envelhece rapidamente. Esta reflexão é importante, uma vez que estes indivíduos formados pelo curso de enfermagem prestarão orientação à comunidade por intermédio da educação em saúde na busca de uma vida mais digna e saudável.

O curso de enfermagem em estudo é exclusivamente profissionalizante em nível de Ensino Técnico. Atende ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal nº 9.394/96, no Decreto federal nº 2.208/97, no Parecer CNE-CEB nº 16/99 e Resolução CNE-CEB nº 04/99, e da Resolução 90/99/CEE. As competências profissionais gerais do técnico da área de saúde são listadas a partir da caracterização da área e as competências específicas de cada habilitação, devem ser definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão.

O curso possui Projeto político pedagógico (PPP), documento pedagógico que segundo Veiga (2003), atualmente tem sido objeto de estudos para professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal em busca da melhoria da qualidade do ensino. O termo projeto vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. A autora ainda anota que ao se construírem os projetos da escola, planeja-se aquilo que se tem a intenção de realizar. Lança-se adiante, com base no que se tem, em busca do possível. Pensa-se em planos para o futuro, buscando

melhorar.

Apreendo o PPP, como algo muito além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades burocráticas construídos e arquivados. Ele deve ser construído e vivenciado em todos os momentos no processo educativo da escola. Veiga (2003) anota que este documento busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população. Segundo Saviani (1983, p. 93) é político no sentido de compromissos com a formação do cidadão para um tipo de sociedade, “a dimensão política se cumpre à medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica.”

Segundo o PPP do curso, o currículo foi elaborado contemplando as competências profissionais gerais dos técnicos da área da saúde, especificamente da habilitação do Técnico em Enfermagem, com foco no perfil profissional de conclusão, prevendo situações que levem o aluno a aprender a pensar, a aprender a aprender, a mobilizar e articular conhecimentos, habilidades e valores em níveis crescentes de complexidade. Nesse sentido, a organização da estrutura curricular contextualizou realidades profissionais com práticas pedagógicas de modo a contemplar experiências com novas tecnologias, produtos e materiais, individualmente e em grupo, permitindo ao aluno resolver problemas inerentes às atividades diárias com criatividade e flexibilidade, correlacionando teoria e prática.

Os objetivos os quais o curso busca alcançar, de acordo com o seu PPP, são a capacitação do aluno, através de conhecimentos sólidos e habilidades específicas, para prestar assistência a indivíduos, famílias e grupos sociais, tendo sempre em vista a importante missão de zelar pela saúde do ser humano e melhorar a qualidade de vida de todos; contribuir para construção de argumentos que subsidiem a superação de problemas sociais e desenvolver a capacidade de trabalhar em grupo; desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes no aluno em relação à sua atuação como indivíduo, cidadão e profissional, no desempenho de suas atividades considerando o contexto social.

Esse curso é destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados e/ou frequentando a 3ª série do Ensino Médio, 3ª fase de ensino de supletivo presencial (com frequência regular) e/ou egressos do ensino médio ou profissionalizante concluintes, porém o aluno só receberá certificado de conclusão do curso profissionalizante após apresentar certificado de conclusão do Ensino Médio, 2º Grau Supletivo e/ou profissionalizante.

O Ensino profissionalizante tem organização curricular própria e independente do

ensino médio, sendo observadas por sua vez as normas emanadas pelo Ministério da Educação e Cultura, do Conselho Estadual de Educação, da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e as estabelecidas pelo CEDUP de Formação Profissional.

É de grande importância refletir sobre as informações contidas no PPP do curso, em relação ao tipo de profissional que o CEDUP pretende formar e as competências específicas referentes aos estudantes. O documento destaca que esse profissional deve ser um trabalhador comprometido com a saúde do ser humano e da coletividade, atuando na promoção, prevenção, recuperação da saúde e na reabilitação das pessoas. Além desses importantes enfoques, ainda aponta que estes profissionais devem respeitar os preceitos éticos, legais do exercício profissional, a qualidade no atendimento e compromisso social com a população, sob a supervisão do enfermeiro. A formação desses profissionais é um desafio aos educadores do curso, pois o conhecimento deve ir além dos procedimentos práticos específicos da área para cuidar do doente, sendo mais relevante as habilidade e competências que estes precisam construir, para trabalhar em prol de uma vida melhor para a comunidade que irão assistir, através do trabalho em equipe e das ações de promoção da saúde.

O PPP do curso ressalta que os estudantes podem ter competência específica para participar do planejamento, programação e orientação das atividades de assistência de enfermagem; desempenhar ações de enfermagem inclusive a pacientes em estado grave nos níveis de promoção, proteção, recuperação e de reabilitação da saúde de indivíduos e/ou grupos sociais, excetuando-se os cuidados requeridos por pacientes com risco de vida.

Durante a formação, os estudantes constroem competências também para participar da prevenção e controle sistemático dos danos físicos decorrentes das assistências à saúde, atuar nos programas de higiene e segurança no trabalho, na implementação de programa de vigilância à saúde e devem, principalmente, participar no desenvolvimento de atividades de educação e comunicação em saúde; participar de programas e projetos de pesquisa, buscando sempre melhorar a qualidade de vida de todos, em prol de uma sociedade melhor.

Ressalto que diante das mudanças no mundo do trabalho, das novas tecnologias e do princípio de que a enfermagem deve valorizar e priorizar ações de promoção, tendo em vista que uma melhor qualidade de vida pode evitar o adoecimento e a necessidade de medidas curativas e gastos. No ano de 2008, como educadora participei de um momento de reflexão e redirecionamento, quando profissionais envolvidos no curso em estudo discutiram mudanças e assim surgiu a necessidade da redirecionamento da matriz curricular e ementários que haviam sido construídos na período da implantação do curso, no ano de 2002.

Problematizou-se a necessidade de incluir nesta matriz disciplinas que são relevantes

para o aprendizado dos estudantes de enfermagem e que até então não constavam na matriz como, por exemplo, Farmacologia, Sociologia e principalmente priorizar as ações de Enfermagem e Educação em Saúde.

Juntamente a esse processo, pensou-se na reestruturação das ementas referentes às disciplinas do curso, adequando-as à realidade social, econômica, energética e ecológica que se vive atualmente. Buscou-se relacionar a promoção da saúde com todas as disciplinas do curso, seja através da interdisciplinaridade e/ou dando mais ênfase a esse nível primário de atenção em saúde.

A nova matriz e as novas ementas do curso foram elaboradas com a participação de educadores atuantes no curso no período, a atual coordenadora do curso, a direção, e duas consultoras Professoras/Enfermeiras que foram contratadas e remuneradas pelo governo do Estado. Entendo essa mobilização fato de fundamental importância, por se tratar do redirecionamento do Projeto Político Pedagógico do curso.

No início do ano de 2009, após a aprovação dos documentos referentes à Matriz Curricular e aos ementários pela Secretaria Estadual de Educação, os alunos que ingressaram no primeiro módulo iniciaram seus estudos de acordo com a nova matriz curricular. Esta foi repensada, para melhorar o processo de ensino- aprendizagem, pois foram incluídas novas disciplinas. Pensou-se em apontar a promoção da saúde como aliada no cuidado em enfermagem e nessas mudanças também foi diminuída a carga horária semestral de estágio, que passou a ser cumprida em quatro semestres, não sobrecarregando o estudante do curso, o qual cursa paralelamente os momentos teóricos com os práticos. Pensou-se nas competências dos profissionais adequando a formação à realidade social vivenciada atualmente. A seguir, os quadros com a nova matriz curricular re-estruturada:

Quadro N° 1: Nova Matriz Curricular referente ao primeiro módulo do curso.

DISCIPLINAS	NÚMERO DE AULAS	CARGA HORÁRIA
Anatomia e Fisiologia Humana	04	64
Saúde Pública	02	32
Farmacologia aplicada à saúde	02	32
Informática	03	48
Matemática	02	32
Microbiologia e Parasitologia	04	64
Português	02	32
Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem	06	96
TOTAL	25 horas	400

		horas
Estágio Supervisionado	50*	50

(*) Carga Horária em Horas Relógio. Fonte: Projeto político pedagógico do curso.

Quadro Nº 2: Nova Matriz Curricular referente ao segundo módulo do curso.

EIXO TEMÁTICO	NÚMERO DE AULAS	CARGA HORÁRIA
Anatomia e Fisiologia Humana	04	64
Enfermagem Materno-Infantil	04	64
Enfermagem em Saúde Pública	02	32
Ética e Exercício Profissional	02	32
Informática	03	48
Metodologia	02	32
Nutrição aplicada a Enfermagem	02	32
Português	02	32
Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem	04	64
TOTAL	25 horas	400 horas
Estágio Supervisionado	200*	200

(*) Carga Horária em Horas Relógio. Fonte: Projeto político pedagógico do curso.

Quadro Nº 3: Nova Matriz Curricular referente ao terceiro módulo do curso.

DISCIPLINAS	NÚMERO DE AULAS	CARGA HORÁRIA
Enfermagem Cirúrgica	03	48
Enfermagem Materno-Infantil	03	48
Enfermagem em Saúde Mental e Neuropsiquiatria	02	32
Enfermagem em Saúde Pública	04	64
Enfermagem em Emergência e UTI	03	48
Enfermagem Médica	04	64
Metodologia	02	32
Psicologia aplicada	02	32
Sociologia	02	32
TOTAL	25 horas	400 horas
Estágio Supervisionado	200*	200
SAÍDA: AUXILIAR DE ENFERMAGEM		

(*) Carga Horária em Horas Relógio. Fonte: Projeto político pedagógico do curso.

Quadro Nº 4: Nova Matriz Curricular referente ao quarto módulo do curso.

DISCIPLINAS	NÚMERO DE AULAS	CARGA HORÁRIA
--------------------	------------------------	----------------------

Administração em Enfermagem	04	64
Enfermagem Cirúrgica	05	80
Enfermagem do Trabalho	02	32
Enfermagem em Saúde Mental e Neuropsiquiatria	04	64
Enfermagem em Emergência e UTI	04	64
Enfermagem Médica	04	64
Psicologia aplicada	02	32
TOTAL	25 horas	400 horas
Estágio Supervisionado	150*	150
SAÍDA: TÉCNICO EM ENFERMAGEM		

(*) Carga Horária em Horas Relógio. Fonte: Projeto político pedagógico do curso.

As disciplinas são apresentadas em módulos, atendem ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, no Decreto Federal nº 2.208/97, de 17 de abril de 1997, no Parecer CNE-CEB nº 16/99, de 05 de outubro de 1999, na Resolução CNE-CEB nº 04/99, de 08 de dezembro 1999 e na Resolução CEE nº 90/99.

Atualmente o curso de habilitação para Técnico de Enfermagem possui uma carga horária de 1600 horas de aulas teóricas e 600 horas de estágio, uma carga horária total de 2200 horas. O curso também conta com a qualificação de Auxiliar de Enfermagem, a qual para sua conclusão é necessária uma carga horária de 1200 horas de aulas teóricas e 450 horas de estágio, carga horária total de 1650 horas. Assim o estudante que concluir o terceiro módulo do curso tem a possibilidade de inscrever-se no Conselho Regional de Enfermagem (COREN) e exercer a profissão da enfermagem através da categoria Auxiliar de Enfermagem. A seguir o organograma do Curso de Enfermagem.

Quadro Nº 5: Organograma do Curso de Enfermagem do CEDUP R.R.S. referente às habilitações para auxiliar e técnico de enfermagem:

<p>CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM MÓDULO I: 400 h + 50 h de estágio com supervisão indireta</p> <p>MÓDULO II: 400 h + 200 h de estágio supervisionado</p> <p>MÓDULO III: 400 h + 200 h de estágio Supervisionado</p> <p>MÓDULO IV: 400 h + 200 h de estágio supervisionado</p> <p>SAÍDA: AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1.650 horas (1.200 horas de teoria + 450 horas de estágio obrigatório)</p>

SAÍDA: TÉCNICO EM ENFERMAGEM
2.200 horas (1.600 horas de teoria + 600 horas de estágio obrigatório)

Fonte: Projeto político- pedagógico do curso.

As matrículas para ingresso no curso são abertas a cada semestre do ano letivo. São oferecidas 50 vagas, 25 para o período matutino e 25 para o período vespertino. O CEDUP é uma escola pública, mantida pelo governo do Estado, uma escola de ensino gratuito.

O processo de avaliação está baseado no acompanhamento da trajetória de cada discente, na construção das competências, sendo que se orientará nos princípios estabelecidos nos termos da lei 9394/96 e nos referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. É atribuído ao educador avaliar semestralmente o aluno, acompanhando sempre seu desempenho; oferecer oportunidade de recuperação, tantas vezes quanto necessário, para que seu aluno atinja 70% de aproveitamento para aprovação. Percebo a avaliação como parte do processo de formação, sendo relevantes momentos de aprendizado e discussão entre os integrantes da equipe de educadores responsáveis pela formação dos profissionais da saúde, buscando troca de conhecimentos acerca do acompanhamento da trajetória dos estudantes de enfermagem na construção de suas competências.

O PPP do curso estabelece ainda que a avaliação da aprendizagem terá como parâmetro os seguintes itens, amparados na Resolução nº 023/2000 do CEE e Referências Curriculares Nacionais da Educação Profissional do Nível Técnico (www.mec.gov.br); baseadas na Resolução CBE/CNE nº 04/99 e Parecer CEB/CNE nº 16/99, cujo resultado máximo para aprovação será de 100% e mínimo de 70%.

Quadro Nº 6: Critérios de avaliação das competências.

Critérios		Definição
Frequência	20%	Assiduidade Acima de 75% Pontualidade Responsabilidade
Participação com interesse	10%	Reflexão em grupo; Companheirismo; Empatia Empenho nas tarefas
Maturidade Psicossocial	10%	Convivência e trabalho em grupo; Postura ética e cidadã; Capacidade de organização.
Produção	50%	Conhecimento organizado e sistemático; Capacidade de Síntese; Pensamento lógico, de raciocínio e

		intuição.
Produção Científica	10%	Utilização de métodos, processos, técnicas especiais para análise, compreensão e intervenção na realidade; Competência intelectual; Capacidade de descobrir algo novo ou fornecer o melhor nível de conhecimento.

Fonte: Projeto Político- Pedagógico do curso.

Segundo a Lei específica do exercício profissional, a enfermagem possui um componente próprio de conhecimentos científicos e técnicos, que são construídos e reproduzidos por um conjunto de práticas sociais, éticas e políticas que se processam pelo ensino, pesquisa e assistência. Diante disso, através desta pesquisa procurei analisar aspectos do curso em questão, sabendo da importância da formação dos profissionais da enfermagem, das concepções a que são submetidos em seu processo de formação, já que estes possuem um compromisso social e profissional fundamental no conjunto da saúde e da sociedade. O momento atual de transformações do mundo do trabalho face à globalização marcante nos espaços políticos, sociais e econômicos, nos quais a prática da enfermagem esta envolvida exige maior qualificação profissional para atender as mudanças ocorridas no mercado de trabalho. Segundo Melo (2006) é decisivo conceber na educação profissional a formação de um indivíduo competente e habilitado a criar condições de trabalho que conjuguem cidadania com o manejo de sobrevivência.

Toda escola para Gadoti (2000) pode ser cidadã se realizar uma educação voltada à formação para a cidadania ativa e à educação para o desenvolvimento. É relevante destacar a importância da formação dos profissionais da enfermagem, objetivando o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação aos cuidados que irão prestar à sociedade.

Através deste apanhado histórico, entendo o CEDUP R.R.S, como uma escola de fundamental importância para Lages e região, pois oferece à população, principalmente aos indivíduos com poucas condições econômicas, cursos gratuitos e de qualidade em diversas áreas do conhecimento. Evidencio que o curso de enfermagem torna-se uma possibilidade de emprego para aqueles que possuem poucos recursos financeiros para buscar uma área de mobilidade profissional.

No decorrer da pesquisa identifiquei, em documentos analisados, que o perfil dos estudantes do curso se trata em gênero de uma predominância feminina, as idades variam de 17 a 51 anos, sendo que grande parte dos indivíduos está em busca de autonomia financeira,

com dificuldades de bancar os gastos necessários com o andamento do curso, como por exemplo, a rouparia adequada para a área, materiais didáticos e transporte.

Também foi possível perceber a relevância do curso em estudo como fundamental para a área da enfermagem, com grande número de aprovação de seus egressos em concursos públicos de Lages e região. Esses indivíduos, depois de formados, garantem o cumprimento da lei do exercício profissional da enfermagem, ou seja, o curso garante que os serviços oferecidos sejam realizados com qualidade e por profissionais capacitados.

Em termos documentais relacionados ao processo ensino-aprendizagem, anoto que o curso possui Projeto Político Pedagógico (PPP); nele informações valiosas referentes ao curso, com os objetivos do ensino, o perfil de formação, as competências, entre outras, estão presentes, porém o que constatei foi que os envolvidos no processo ensino-aprendizagem possuem pouco ou nenhum conhecimento desse documento de fundamental importância, sendo que ele deve ser construído e vivenciado em todos os momentos no processo educativo da escola.

Ressalvo ainda que há momentos de discussão acerca do PPP do curso, poucos, porém ocorrem, o que pode ser destaque como um ponto de fundamental importância para a adequação do curso. Desta forma, o PPP do curso vai ao encontro as Leis que regem a educação profissional e a Lei do exercício profissional da enfermagem, porém na prática ainda falta um caminho a ser percorrido para que este se adeque às Diretrizes Curriculares Nacionais.

Em termos avaliativos, percebi que o curso está baseado na construção de competências, sendo que se orienta nos princípios estabelecidos nos termos da Lei 9394/96 e nos referenciais curriculares nacionais da educação profissional em nível técnico.

Em síntese, foi possível compreender através deste apanhado de informações que o Curso em estudo busca atender ao disposto na Legislação que rege este tipo de ensino, atende ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, Leis de Diretrizes e Bases e Plano Estadual de Educação, como se pôde constatar com o método de avaliação em uso. Também foi possível examinar através do Projeto político do curso importantes enfoques relacionando a Lei do exercício profissional da enfermagem com o perfil dos estudantes e egressos.

CAPÍTULO III

O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Em termos metodológicos, fez parte a abordagem qualitativa. Esse método de pesquisa responde a questões muito particulares, preocupa-se, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2004).

Esta abordagem mesmo trabalhando com aspectos subjetivos, amplos, com riqueza e profundidade de detalhes, pode levar a resultados objetivos, claros e concisos. Na concepção de Minayo e Sanches (1993) nenhum tipo de abordagem é absoluto ou completo para a compreensão da realidade. Um bom método é aquele que permite uma construção correta dos dados, é apropriado ao objeto da investigação, oferece elementos teóricos para a análise e é exequível operacionalmente.

Também fez parte do estudo à pesquisa bibliográfica e de análise documental que privilegiam a temática do ensino ou profissionalização da enfermagem. O método de análise documental foi útil para orientar este trabalho, pois as Diretrizes Curriculares Nacionais referentes ao funcionamento dos cursos técnicos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Plano Estadual da Educação e a Lei do Exercício Profissional da enfermagem são documentos de extremo valor para esta pesquisa.

O instrumento privilegiado para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada (ANEXO 2). Esse recurso permeia um caráter interativo, ocorre entre quem entrevista e quem é entrevistado, numa atmosfera de influência recíproca. Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista (LUDKE, 2001). Ao utilizar o instrumento da

entrevista, o entrevistador deve estar atento à comunicação não-verbal, nos gestos, expressões, hesitações, cuja análise é importante para a compreensão e validação pela comunicação verbal.

Num primeiro nível, essa técnica se caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala. Já, em outro nível, serve com um meio de coleta de informações sobre um determinado tema científico (MINAYO, 2004).

A entrevista foi aplicada individualmente a quatro estudantes e quatro educadores. Procurei entrevistar educadores com diferentes tempos de serviço, ou seja, buscou-se conhecer a percepção não somente dos educadores efetivos e com mais experiência profissional, mas também daqueles que recentemente iniciaram sua carreira na educação profissional.

A primeira etapa foi apresentação oral da proposta de estudo e de seus aspectos éticos a cada um dos sujeitos participantes. Esta etapa de apresentação ocorreu no próprio cenário da pesquisa, no CEDUP RRS. *Reencontrei amigos e colegas de trabalho. Fui bem recebida, parei muitas vezes para abraçar ex - colegas de trabalho e ex- alunos. Algumas pessoas conhecidas ao me reverem com materiais em mão disseram-me: “Voltou? Seja bem vinda novamente!” Já outros desconfiados perguntaram: “..Onde está trabalhando? Está dando aula na faculdade ainda?”*

Após apresentação pessoal e dos objetivos da pesquisa a cada um dos sujeitos participantes, *permaneci satisfeita com o aceite e demonstração de confiança destes que a partir daquele momento seriam atores protagonistas do meu estudo.* Com alguns consegui agendar datas, horários e locais para que a entrevista transcorresse, outros ficaram de me informar sobre uma data possível.

Para este estudo, foi obtida a autorização formal dos participantes através de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO I), além de serem observados alguns aspectos éticos, dentre eles: esclarecimento aos sujeitos sobre os objetivos do estudo e justificativa da pesquisa; anonimato dos sujeitos pesquisados, garantindo sigilo, quanto à sua identidade; acesso a qualquer tipo de informação solicitada pelos sujeitos da pesquisa e garantia de recusa à participação no estudo. Foi também solicitada autorização dos participantes para utilização de gravador durante o diálogo.

Foi um momento de reencontro e de aproximação com o campo e com o cenário do meu estudo. Um momento em que tive ainda mais certeza de ter realizado uma importante escolha referente ao tema da dissertação de Mestrado. Ansiosa, anotei muitas palavras para que depois lembrasse e registrasse cuidadosamente o que havia se passado no campo de

estudo. Contudo senti-me acolhida e entusiasmada para iniciar o trabalho de campo; tive atenção de todos os quem precisei solicitar informações para a realização da próxima etapa metodológica, a entrevista.

3.1 A APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS

O registro dos dados obtidos pela entrevista foi através do uso do diário de campo e da audiogravação das falas dos entrevistados, as quais foram transcritas na íntegra, pois como aponta (BARDIN apud LEOPARDI e RODRIGUES, 1999), devemos respeitar a transcrição exata de cada entrevista, devendo preservar o máximo das informações. Essa fase foi de extrema importância para que possibilitasse detectar a lógica que norteia a ação dentro da fala dos sujeitos.

Durante a realização da etapa inicial de apresentação do estudo e objetivos aos sujeitos integrantes da pesquisa foi possível sentir através do acolhimento e sinceridade de todos, que a relação durante a entrevista seria de interação, de influência recíproca. Esta relação é esclarecida por Ludke (2001), quando anota que é importante atentar para o caráter de interação que permeia a entrevista, porque mais do que outros instrumentos de pesquisa, que em geral estabelecem uma relação hierárquica entre o pesquisador e o pesquisado, na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde.

Percebeu-se em estudos recentes que o tipo de pesquisa mais adequado para o trabalho de pesquisa que se faz atualmente em educação aproxima-se dos esquemas mais livres, menos estruturados. “As informações que se quer obter, e os informantes que se quer contatar, em geral professores, diretores, orientadores, alunos e pais, são mais convenientemente abordáveis através de um instrumento mais flexível.” (LUDKE 2001, p. 34). Ressalto que as entrevistas foram realizadas entre os meses de novembro de 2010 e janeiro de 2011.

Quadro Nº 7: Perfil dos educadores participantes da pesquisa.

Codínome	Sexo	Formação Inicial	Tempo de serviço na educação.
Vermelho	feminino	Graduação e licenciatura em	3 anos

		enfermagem.	
Verde	feminino	Graduação e licenciatura em enfermagem.	mais de 10 anos
Violeta	feminino	Graduação e licenciatura em enfermagem.	1 ano e meio
Rosa	feminino	Graduação e licenciatura em enfermagem.	4 anos

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa, abril/2011

Quadro N° 8: Perfil dos estudantes participantes da pesquisa.

Codinome	Idade (anos)	Sexo	Estado civil	Número de filhos.
Pêra	31	feminino	separada	2
Lima	19	feminino	solteira	2
Uva	27	feminino	casada	2
Cereja	24	feminino	solteira	1

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa, abril/2011

As quatro primeiras entrevistas foram com docentes que atualmente trabalham no curso em estudo, chamadas pelo pseudônimo Verde, Violeta, Vermelha e Rosa. As duas primeiras aconteceram dentro do próprio cenário da pesquisa o CEDUP RRS.

Naquele momento inicial, sentimentos de ansiedade e curiosidade estavam comigo, pois se tratava de uma nova etapa da pesquisa. O diálogo com a primeira informante foi um pouco difícil, pois o ambiente era de desconfiança por parte da entrevistada, algo que para mim era novo, sendo apenas o início desta etapa de entrevistas. Busquei conversar informalmente antes de iniciar a gravação e a entrevista na tentativa de deixá-la mais à vontade, o que funcionou. No término do diálogo com esta primeira informante, refletindo sobre os informes, percebo o quanto estes vieram ao encontro dos meus anseios de pesquisadora, evidenciando que a escolha pelo objeto de estudo é de fundamental importância.

As próximas entrevistas tiveram um pouco mais de dificuldade para sua realização, pela falta de tempo disponível das participantes, fora agendada muitas vezes. A segunda educadora entrevistada foi bastante simpática, *percebi que ela sentia-se bem em participar do meu estudo, pois conversamos por muito tempo e antes mesmo de iniciar a entrevista e a gravação, nossa conversa já adentrava os assuntos que faziam parte do roteiro.*

A terceira e quarta entrevistas foram agendadas para fim de dezembro, mas pela dificuldade de agendamento não foi possível realizar, por se tratar de fim de ano, as educadoras não tinham tempo disponível então ocorreram no fim do mês de janeiro. Contudo foi possível realizá-las sem agendamento prévio, pois as entrevistadas dispunham de tempo e interesse em participar do estudo. O encontro foi no auditório de uma escola pública da cidade de Lages. *No final destas entrevistas as contribuições das educadoras me puseram a refletir novamente sobre o tema de escolha da dissertação.*

Aos poucos foi se desenhando a pesquisa. Juntando a teoria com a vivência desses sujeitos cada vez mais me motivava a continuar as entrevistas e a concretizar essa relação. Contudo me senti ainda mais ansiosa, ansiosa em escrever logo, refletir sobre as respostas gravadas. Conectar os pontos importantes, rever minhas idéias, escrever e escrever.

As próximas entrevistas aconteceram no CEDUP RRS, foram com os estudantes do curso de enfermagem chamados no estudo pelos pseudônimos Uva, Lima, Cereja e Pêra.

Uma das entrevistadas, a primeira estudante a ser entrevistada foi minha aluna, sendo assim sinto muito carinho por ela, como a todos de quem já fiz parte da vida como educadora. Senti-me feliz por ver esta pessoa no último semestre do curso, pois lembro que ela desistiu de concluir o curso quando estava ainda no primeiro módulo, lembro que lhe faltava tempo e dinheiro para os muitos gastos que tinha no curso.

Já a outra estudante que tive oportunidade de entrevistar no mesmo dia cursava os módulos iniciais, sendo assim, ainda não havia tido oportunidade de conviver com ela. Em busca de iniciar um clima de interação e um diálogo tranquilo, perguntei um pouco sobre sua vida e me surpreendi ao saber que ela possui formação superior em Pedagogia e que procurou cursar Enfermagem à procura de algo que lhe propiciasse emprego. Era algo novo para mim, pesquisadora, fato inesperado, pois minha informante que seria estudante do curso em estudo tratava-se de uma educadora. Contudo suas reflexões foram de grande importância no meu estudo.

Durante o caminho de volta para casa refleti sobre as entrevistas com as estudantes, anotei várias observações em meu diário de campo e finalizei esta etapa com uma nova percepção. Tanto as anotações quanto as minhas percepções referentes às informações das duas estudantes entrevistadas foram bastante próximas.

As contribuições das duas últimas informantes foram de fundamental importância para o estudo e serviu mais uma vez para minha reflexão sobre a escolha do objeto de estudo desta pesquisa. Uma das informantes estava cursando o quarto e último módulo do curso. *Fiquei contente por ela ter seguido em frente nesta caminhada, pois lembrei que ela passava por*

inúmeros problemas quando iniciou o curso. Fiquei feliz em reencontrá-la e agradecida pelo carinho e acolhimento. Ao registrar algumas palavras no diário de campo após a saída da informante, novamente refleti quanto às respostas e informações trazidas pelas estudantes que já havia entrevistado. As informações vindas das estudantes pareciam-me muito parecidas, suas inquietudes estavam em torno dos mesmos assuntos.

No momento da última entrevista que também fora com uma estudante dos módulos iniciais estava eu bastante ansiosa, pois estaria prestes a encerrar mais uma etapa metodológica do meu estudo. Logo, daria início a etapa de análise dos dados, o que para mim, pesquisadora, seria a realização de um grande objetivo. Mais uma etapa se cumpria. Mais próxima estava de concluir meu primeiro trabalho como pesquisadora. Muitas palavras estavam escritas no diário de campo. Era hora de articular a teoria com os informes dos sujeitos e concretizar esta relação.

Para a análise dos informes obtidos a técnica utilizada baseou-se na proposta de Minayo (1992), que integra aspectos da análise temática de Bardin, a qual consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação, sendo que a frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido.

CAPÍTULO IV

A ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Neste capítulo faço reflexões e análises sobre as informações colhidas pelo diálogo com os docentes e discentes entrevistados acerca do objeto em estudo. Estas informações foram organizadas em categorias e subcategorias, estabelecidas após a primeira análise das informações coletadas no trabalho de campo.

O Paradigma da Educação na Enfermagem, Formação Docente.

4.1 O PARADIGMA DA EDUCAÇÃO NA ENFERMAGEM.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDB) a educação, é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, ela tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sabe-se que a educação é necessária para que o ser humano seja constituído, pois esta não se define no ato do nascimento, já que se nasce como criatura biológica que carece de transformações. Nas palavras de Paulo Freire (1997) Educar exige apreensão da realidade, não para a adaptação, mas para a transformação, para a intervenção e recriação dessa realidade.

A Educação tem um papel essencial na construção do presente e do futuro da enfermagem, sendo primordial na preparação dos profissionais desta área, como enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem em todo o mundo.

A partir dos dados obtidos por meio das entrevistas, percebi tanto nos depoimentos dos educadores quanto nos depoimentos dos estudantes do curso de enfermagem em estudo, que estes percebem a necessidade de mudanças profundas contextuais nas práticas de Educação em Enfermagem, percebem que é tempo de deixar para trás a abordagem tradicional e ir ao encontro de um novo paradigma educacional.

Buscando compreender os informes dos sujeitos participantes foi necessário refletir

acerca da Educação e das mudanças ocorridas referentes às tendências pedagógicas, pois nota-se que alguns métodos, práticas e atitudes que em determinada época eram considerados procedimentos necessários e corretos pelos estudiosos, em outra época, é referido como algo incorreto e ultrapassado. Como estas mudanças ocorreram? O que mudou na Educação em Enfermagem?

Para responder tais inquietudes é importante entender que as atitudes pessoais e profissionais e as opções teóricas e práticas, são contaminadas pelos pressupostos que caracterizam o paradigma que se apresenta em determinada época. Compreendendo estes fatos pode-se perceber o porquê das tendências metodológicas atuais referidas pelos sujeitos da pesquisa.

Os paradigmas determinam o ser e o fazer das pessoas, sofrem processos de transformação e se alteram de tempos em tempos. “Podem ser entendidos como a constelação de crenças, valores e técnicas partilhadas pelos membros de uma comunidade científica.” (BEHRENS 2006, p. 13).

Sabe-se que o paradigma newtoniano-cartesiano também denominado conservador por Descartes, ou tradicional, caracterizou a ciência desde o início do século XVII até as últimas décadas do século XX. Tal paradigma na Educação acentuou a divisão das áreas do conhecimento em períodos, disciplinas, bimestres, unidades, aulas, assuntos. Os alunos tinham dificuldades para entender a conexão dos conteúdos e entender sua inter-relação, pois os temas eram organizados e ensinados fragmentados.

A visão conservadora e reducionista da ciência possibilitou a proposição de aprendizagens focadas em verdades absolutas e inquestionáveis. Essa tendência exigiu memorização de conteúdos de forma cumulativa e, por vezes, desprovida de sentido para os alunos. As aprendizagens oferecidas de maneira mecânicas, e inquestionáveis acabaram preparando mal os profissionais para a atuação na realidade, especialmente, na necessária formação humana para atuar na sociedade. (BEHRENS 2006, p. 17).

Neste contexto, as tendências pedagógicas que visavam à reprodução, repetição e a uma visão mecanicista da prática educativa foram denominadas abordagem tradicional e abordagem tecnicista, ambas com característica fundamental à reprodução do conhecimento. Nos anos setenta, a proposição da abordagem técnica caracterizou a formação dos profissionais de Saúde. O avanço da abordagem técnica na enfermagem tornou-se inquestionável, pois ampliou a sistematização dos procedimentos e o cuidar competente. Behrens (2006, p. 22) Afirma que:

O paradigma técnico no atendimento da Saúde e da Educação não pode ser entendido como proposição equivocada, errada ou ineficiente, mas é preciso ter a clareza de que ele serviu a um determinado tempo histórico e que atendeu a pressupostos de um determinado paradigma, que agora tende a ser superado.

Sabe-se que a fragmentação faz com que a Educação em Enfermagem desenvolva-se de acordo com o modelo biomédico hegemônico, dividindo o corpo em partes e a superação dessa fragmentação é possível com a adoção de uma abordagem integrada, isto é, um cuidado integralizado, nos quais, além do desequilíbrio biológico são considerados os aspectos psicológicos, espirituais, culturais, econômicos e sociais.

No século XXI a ciência sofre uma fase de transição paradigmática. A ciência das certezas entra em crise e desafia a sociedade a superar o princípio de ordem, o princípio da separação, de redução, o caráter absoluto da lógica dedutivo identitária (MORIN, 2000). O atendimento ao paradigma inovador da ciência reconhece que todos os seres são interdependentes, exige repensar o papel da educação, inclusive a Educação em Enfermagem. Este paradigma tem como pressuposto a formação do profissional que possibilite a produção do conhecimento.

Sobre o paradigma inovador da Ciência que traz inovações significativas para a Educação em Enfermagem, Behrens (2006) anota que foi este foi denominado por Morin (2000) *Paradigma da Complexidade*, por Boaventura Santos (1999), Capra (1996) e Moraes (1997) *Paradigma Emergente*, por Gutiérrez (1999) *Paradigma Sistêmico* e por Gadotti (2000), Cardoso (1995) *Paradigma Holístico*. Embora o paradigma inovador se apresente com variadas denominações, tem como foco central a superação da fragmentação e a busca da visão de todo. Behrens (2006) ainda coloca que este depende da agregação de várias abordagens tendo como finalidade construir uma aliança que permita uma aprendizagem que envolva a produção de conhecimento crítico, criativo e transformador.

Segundo Valle apud Behrens (2006) a Educação em Enfermagem, no Brasil embora tenha surgido no contexto da Saúde Pública, teve sua evolução no âmbito da Medicina, o que a levou a adotar como modelo essa ciência. Esta relação permitiu, sem dúvida, um significativo crescimento até um determinado momento. Posteriormente, passou a constituir um entrave, visto que acabou por impedir o desenvolvimento da enfermagem e sua diferenciação como ramo autônomo do saber.

Desta forma, os cursos de enfermagem durante anos levaram os estudantes a acumular os conhecimentos teóricos, sem qualquer ligação com a realidade da sua área profissional, sendo que características desta época podem ser observadas atualmente no caso

do CEDUP RRS. Através das informações colhidas nas entrevistas com os sujeitos da pesquisa, observei que características do paradigma conservador estão bastantes presentes na Educação em Enfermagem como se pode perceber no seguinte depoimento:

“As metodologias usadas no curso são tradicionais. A gente sabe né que o que se usa não é suficiente para que o aluno pense, reflita. Que reflita... saiba agir diante da sua realidade, do momento que ele está. Eu vejo assim: como se trata de pessoas que vão trabalhar na enfermagem, que vão estar trabalhando lá na comunidade, somente as metodologias tradicionais não dão mais conta de proporcionar a estes alunos uma formação adequada, completa, para que eles possam trabalhar buscando qualidade de vida para a população. Se sabe que a enfermagem tem que ir além de curar, tem que mudar a realidade onde atua e aí tem que pensar nos métodos, é fundamental o modo como estes profissionais estão sendo preparados, incluindo os métodos de ensino.” (Vermelho).

Vermelho reconhece as metodologias utilizadas como tradicionais e afirma que estes métodos trazem resultados insuficientes para a Educação em Enfermagem. Estas informações colidem com os princípios que regem as Diretrizes Curriculares Nacionais atuais para a educação profissional de nível técnico e as tendências do Paradigma Inovador.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional de nível técnico regem-se por um conjunto de princípios que incluem os comuns com a educação básica, também orientadores da educação profissional, que são os referentes aos valores estéticos, políticos e éticos. (PARECER CNE/CEB nº 16/99, p.9).

O depoimento de Vermelho problematiza a prática pedagógica desenvolvida no curso de Enfermagem do CEDUP RRS se confrontada com o que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais. De acordo com o que apontam estes documentos que regem a Educação em Enfermagem, a educação profissional deve preparar os indivíduos para um mundo regido, fundamentalmente, pelo conhecimento e pela mudança rápida e constante. Tal anotação faz perceber os profissionais da enfermagem não mais como trabalhadores que seguem rotinas, que aplicam medidas curativas e administram medicamentos e sim como trabalhadores que sabem refletir e agir em diferentes situações com compromisso e em prol de uma vida melhor para todos. Ainda, se encontra no texto das Diretrizes a afirmação de que “Um exercício profissional competente implica em um efetivo preparo para enfrentar situações inesperadas em condições de responder aos novos desafios profissionais de forma criativa, eficiente no processo e eficaz nos resultados.” (PARECER CNE/CEB nº 16/99, p.9).

As informações que obtive junto aos educadores e estudantes, as inquietudes e tensões apontam a necessidade de que estes comecem a perceber, a acompanhar as mudanças

contextuais de sua época. “As formas tradicionais de ensino e prática de enfermagem não satisfazem mais. Os alunos reivindicam novas posições e com isso desafiam os professores a buscarem novas formas de ensinar.” (VALE apud BEHRENS 2006, p. 50). Tal afirmação da autora vem ao encontro do depoimento de Cereja em relação aos métodos e práticas de ensino utilizadas no curso.

“Alguns professores utilizam vários métodos de ensino, usam aulas teóricas, os seminários, usam apostilas, deixam xerox da matéria no xerox, o data show, muitos trabalhos. E tem uns que dão pra gente texto e mais texto enquanto ele fica ali na mesa, corrigindo prova e trabalho. A gente nota que não se preparam.” (Cereja)

As informações obtidas pelos depoimentos de Cereja e Vermelho, afirmam que as metodologias utilizadas no curso em estudo demonstram a prática de métodos tradicionais, nada inovadores, reprodutores de uma educação bancária como já advertiu Paulo Freire. Os estudantes estão conscientes desta realidade e apontam para a necessidade de mudanças. Através do depoimento de alguns educadores entrevistados percebi que estes têm clareza de que é necessário haver inovações no processo ensino-aprendizagem, que há necessidade de planejamento entre todos os envolvidos neste processo buscando adequar o processo e alcançar os objetivos preconizados pelo Projeto político pedagógico do curso e as Diretrizes para a educação profissional de nível técnico.

Diante das exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais as instituições de ensino em enfermagem têm como novo enfrentamento a superação da fragmentação em direção a uma visão holística e humanizada. É fundamental que o alicerce da formação do profissional da enfermagem provoque reflexão acerca de seu papel na sociedade, sendo que a Enfermagem precisa buscar uma formação focada na dimensão humana, necessita aliar a competência técnica ao compromisso político. Acerca da formação profissional, Vermelho trouxe importantes contribuições. Apontou que há necessidade de inovações no curso e justificou que já é hora de deixar para trás o processo de repetição de conhecimento e buscar planejamento para o futuro acerca das tendências contextuais da época.

“A preparação destes alunos éh!... satisfatório! Na minha opinião pode mudar para melhor, dá pra se utilizar metodologias novas. Buscar um ensino que faça o aluno refletir mais, pensar. Porque muitos ainda só decoram os conteúdos, se matam estudando para as provas e passam, uns têm muitas faltas, e estudam, e passam! Mas decoram, não têm reflexão nenhuma neste processo. Nós sabemos que educar não é mais despejar teoria na cabeça dos alunos. A gente sabe. Ainda se usa muito os métodos

tradicionais de ensinar. Por quê? Porque pra se mudar o método precisa de planejamento...precisa de tempo e tempo para planejar é o que não se tem. Parece que fica mais cômodo deixar tudo como está. O ser humano é assim né? Não é mesmo? Na minha opinião é mais do que importante planejar, buscar diversificar estes métodos e práticas. Pelo menos planejar em parar para planejar futuramente, porque nós enfermeiros sabemos que nos cursos de enfermagem, na graduação em enfermagem, não só de enfermagem, mas de medicina também, como é a medicina aqui da UNIPLAC, estão utilizando a problematização que é um método maravilhoso... que faz o aluno ter que pensar e não só decorar e repetir.” (Verde)

Com o depoimento de Vermelho, compreendi que o processo de ensino- aprendizagem do curso de enfermagem em estudo diverge do que está registrado em seu Projeto político pedagógico. Segundo o PPP do curso, o currículo deste foi elaborado contemplando as competências profissionais gerais da área da Enfermagem, com foco no perfil profissional de conclusão, prevendo situações que levem o aluno a aprender a pensar, a aprender a aprender, a mobilizar e articular conhecimentos, habilidades e valores em níveis crescentes de complexidade. Porém, é bastante notória através dos depoimentos dos educadores entrevistados envolvidos com o curso, a preocupação e necessidade de mudanças, sendo que alguns já estão pensando em inovações no processo ensino- aprendizagem, pois é manifestada em seus anseios esta necessidade de busca em direção às metodologias ativas⁷.

Numa proposta de Pedagogia Ativa, o aluno é o protagonista central, e o professor passa a ser um facilitador das experiências de aprendizagem. Como protagonista desse processo, o aluno passa a ser co-responsável pela sua trajetória, e o alcance dos objetivos educacionais traçados está condicionado à sua ativa participação. O aluno não é visto como depositário de saberes construídos para além de sua realidade e que, passivamente, recebe do professor as informações / conhecimento de que precisa. Ele assume a direção de seu caminhar e constrói sua trajetória de aprendizagem, ancorada na sua história de vida e experiências acumuladas, assim como na realidade em que está inserido. (REIBNITZ 2006, p. 233).

Vermelho compreende que a formação dos profissionais da enfermagem não deve mais ficar focada em cuidados curativos, que é possível educar profissionais para pensar, refletir e agir.

“A formação destes alunos é mais voltada para as práticas curativas, para os aspectos curativos. Deveria ser trabalhado mais os aspectos de atenção primária da saúde, a promoção da saúde, que é o quê? Cuidar, orientar, incentivar as pessoas para que eles aumentem sua qualidade de vida e fiquem longe de problemas. As políticas públicas, é também necessário trabalhar mais sobre elas. É trabalhado em sala, mas no curso as técnicas,

7 Dentro desta linha, da busca de um paradigma inovador na educação, surgiu o conceito de aprendizagem ativa, que é conceituada segundo Lisboa apud Behrens, (2006) como algo onde os esforços são realizados tanto pelo estudante quanto pelo professor, em direção ao desenvolvimento do pensamento crítico.

os procedimentos, aqueles mecânicos são mais focados. Acho que é porque é um curso técnico. Mas mesmo assim, é enfermagem, é da equipe de enfermagem, é necessário formar um profissional crítico, reflexivo, humano, que busque conhecimento sempre, pois hoje as coisas mudam muito rápido. Isso nos faz, a gente pensar no quê? Nas metodologias ativas, na interdisciplinaridade e no trabalho multiprofissional.” (Vermelho)

A educadora em seu depoimento aborda aspectos importantes relacionados com a formação dos profissionais do curso e que vem ao encontro do que diz no PPP. Esclarece o Projeto político pedagógico do curso o tipo de profissionais que se pretende formar, destacando que estes devem ser trabalhadores comprometidos com a saúde do ser humano e da coletividade atuando na promoção, prevenção, recuperação da saúde e na reabilitação das pessoas.

Falar em formação de profissionais críticos faz refletir sobre as ideias de Freire (1982), as quais afirmam que quanto mais se investe na educação transformadora, mais se investe na formação de profissionais críticos e comprometidos com a transformação da realidade, transformação esta que depende de “refletir e agir”.

Entendo que a enfermagem precisa desapropriar-se da forma de ensino baseada na repetição e buscar conhecimentos próprios, em que o objetivo é a pessoa humana de forma integral. Reflete nos depoimentos dos sujeitos integrantes da pesquisa, educadores e estudantes a necessidade de mudanças, pois a melhor tendência pedagógica é aquela que permite fazer uma educação transformadora dos sujeitos nele envolvidos, ou seja, professor e aluno.

O professor de enfermagem precisa se instrumentalizar teoricamente para realizar de forma satisfatória seu trabalho como docente. Criar sua própria didática de ensino em situações específicas, de acordo com contexto social em que atua, tornando a aprendizagem de enfermagem vinculada à realidade. Desta forma podem oferecer um ensino que promova o crescimento e desenvolvimento das capacidades cognitivas e afetivas dos seus alunos, e também favorecer que eles desenvolvam espírito crítico-reflexivo em relação às questões da nossa profissão. Evidencia-se que a Enfermeira Educadora que trabalha nas escolas de Enfermagem tem responsabilidade em relação à necessidade de refletir, criticar, reavaliar os programas e métodos de ensino utilizados na formação de seus alunos. Além disso, deve ser capaz de analisar as influências exercidas pelos métodos de ensino na sua prática educativa. (HOBEL apud BEHRENS 2006, p. 78).

Com a contribuição dos sujeitos integrantes da pesquisa compreendi que muitos têm entendimento acerca da realidade e preocupações com a Educação em Enfermagem, em especial com o curso do CEDUP. *“Alguns professores, usam métodos que atraem a atenção dos alunos, planejam muito bem as aulas, outros somente aplicam pesquisas e ficam fazendo*

outras atividades enquanto os alunos escrevem, escrevem.” (Violeta)

Nos depoimentos dos estudantes participantes observei que estes percebem quando ocorrem inovações no processo de ensino aprendizagem.

“Os métodos que eles usam são diversos. Uns passam a matéria no quadro, ditam a matéria, uns usam apostila, aí tem também o data show e o retroprojeter que eles usam pra gente poder ver melhor as figuras, aí a gente entende melhor mesmo o que estão querendo ensinar. Hum, tem também o portfólio. Ano passado uma professora usou o Portfólio, adoramos, foi uma coisa bem legal, no início achamos que iria ser chato, muito difícil, mas acabou que ajudou é interessante mesmo, a gente se dedica, sabe?” (Pêra)

Certamente para responder aos novos desafios, a Educação em Enfermagem precisa provocar uma ruptura com o paradigma newtoniano-cartesiano e buscar novos caminhos, inserindo-se na realidade do pensamento científico e das idéias sociais contemporâneas (PAIM, 1998). É visto que neste aspecto incluem-se novos métodos de ensinar.

Ainda afirma Verde acerca da percepção da necessidade de mudança: *“Seria importante planejar buscando diversificar estes métodos e práticas. Pode-se aproximar o perfil de formação do estudante, e as competências que eles precisam construir durante a formação com o descrito pelo PPP do curso.”* A educadora em seu depoimento relaciona os métodos de ensino com o Projeto político pedagógico do curso. Segundo o referido Projeto político pedagógico, na formação os estudantes constroem competências para participar da prevenção, atuar nos programas de higiene e segurança no trabalho, na implementação de programa de vigilância à saúde e devem principalmente participar no desenvolvimento de atividades de educação em saúde e comunicação em saúde; participar de programas e projetos de pesquisa, buscando sempre melhorar a qualidade de vida de todos, em prol de uma sociedade melhor. Concordo com Verde no entendimento de que com a utilização de metodologias ativas pode ser alcançado o que se preconiza no Projeto político pedagógico deste curso de enfermagem.

Esta informante durante o diálogo proporcionado pelo método da entrevista proporcionou conhecer outras tensões, as quais envolvem a Educação em Enfermagem. Quando perguntei sobre a relação do perfil do profissional da enfermagem descrito pelo PPP e o profissional formado no curso, Verde respondeu. *“É realizado sim, um esforço para formar o perfil descrito e desejado no PPP, o que podemos notar é que temos dificuldades, pois o perfil dos docentes influencia e muito na formação dos estudantes.”*

A Enfermagem, a cada dia que passa, exige que os profissionais estejam mais

preparados. Como já referi anteriormente, a formação dos estudantes de enfermagem é influenciada pela educação, ou seja, pelo processo ensino-aprendizagem, pelas metodologias e pelos professores do curso. Entendo que informações sobre a formação docente destas educadoras/enfermeiras participantes da pesquisa, quanto à formação permanente e continuada, são importantes para refletir sobre o processo ensino-aprendizagem do curso.

4.2 FORMAÇÃO DOCENTE

A formação inicial, continuada e permanente dos docentes em estudo também traz muitas informações sobre as metodologias e o processo de ensino-aprendizagem utilizado no curso, traz informações acerca das inquietudes dos sujeitos do estudo. Anota Ferreira apud Covre (2007, p. 82) acerca da formação de professores.

A formação de professores é um assunto de enorme interesse para a Academia, visto que, o mundo está necessitando de profissionais capazes de lidar com as demandas de uma sociedade na qual avanços científico-tecnológicos convivem inclusive nas nações ricas, com desemprego, fome, diversas formas de exclusão social e com enorme desigualdade de desenvolvimento entre os países.

Como já mencionei, no curso em estudo, os docentes das disciplinas específicas da área da enfermagem possuem formação de bacharelado em enfermagem e licenciatura, sendo que estas optaram por cursar as disciplinas pedagógicas durante a graduação. Sua formação teve como base uma metodologia ativa baseada em problemas denominada Metodologia da Problematização⁸. Percebi na fala das informantes, que estas descrevem aspectos da metodologia e expressam a vontade de continuar envolvidas com o método.

“Nós temos conhecimento da metodologia da Problematização, nos formamos com esta metodologia, aprendemos tudo. Aprendemos que é usando ela que se faz a educação em enfermagem ter resultados...Sem falar nas tais competências que o aluno tem que ter. Como fazer com que o aluno adquira essas competências se não utilizar no curso a Problematização? Na minha opinião não dá.” (Vermelho)

8 A Metodologia da Problematização conforme divulgada e utilizada na área da saúde, tornou-se conhecida mediante as ideias apresentadas por Juan E. Dias Bordenave. Este afirma que esta metodologia é uma das manifestações do construtivismo pedagógico, sendo que os fundamentos desse processo metodológico estão nas ideias apontadas por Paulo Freire, Demerval Saviani e outros educadores, inspirados nas teorias histórico-críticas (SARTURI apud BEHRENS, 2006).

Este método pelo qual as educadoras do curso em estudo foram formadas segundo Bordenave (1989) parte do princípio de que, num mundo em mudanças, o mais importante não são os conhecimentos ou os comportamentos corretos e fáceis, mas sim desenvolver no aluno a capacidade de detectar problemas reais e buscar para eles soluções originais e criativas.

As educadoras do estudo enquanto alunas da graduação em enfermagem sendo preparadas pela Metodologia da Problematização eram estimuladas a tornarem-se pesquisadoras e investigadoras sobre determinado problema da realidade. “Em certas situações, em especial no trabalho em saúde, é mais urgente e importante desenvolver a capacidade de observar a realidade, detectar os recursos disponíveis a que se possa lançar mão e criar soluções.” (SARTURI apud BEHRENS 2006, p.233).

Esta metodologia inovadora de conhecimento das educadoras do curso em estudo instiga a buscar os referenciais teórico-práticos que atendam às possíveis soluções para aquele desafio imposto pela problemática. Com esta proposta, pode-se superar a utilização das metodologias tradicionais que exigiam dos alunos a memorização e repetição desconectadas de significados.

Observei nas contribuições dos sujeitos da pesquisa que este novo paradigma curricular está presente entre as metodologias do curso em estudo. Verde refere que já houve por parte de alguns professores o interesse e a utilização da proposta da Problematização. *“Temos metodologias ainda muito tradicionais, ou seja, transmissora de conhecimento, ainda. Mas temos também tentativas de uso de novas metodologias, como problematização.”* O depoimento da educadora é de fundamental importância, esclarece que estes envolvidos no curso em estudo possuem não só conhecimento acerca das metodologias ativas, em especial da Problematização, mas também percebem o significado positivo que estas podem trazer ao ensino em Enfermagem. Por outro lado, é possível pensar que do ponto de vista operacional o curso de Enfermagem do CEDUP RRS apresenta uma mescla de metodologias em que métodos tradicionais coexistem com metodologias consideradas modernas.

Com estas análises entendo que as professoras do curso tiveram uma formação na qual se utilizou a Metodologia da Problematização, ou seja, uma inovação em termos de metodologia. Percebo a partir das falas dos sujeitos que é de fundamental importância que estas educadoras/enfermeiras envolvam-se com novos métodos, com os novos paradigmas, com novos caminhos para ensinar e aprender.

“Os métodos de ensino são vários. Os professores na maioria das vezes

usam o quadro e apostila da matéria dele. Às vezes dá aula com o data show, vídeo. Aí tem os trabalhos, não sei? Isso também é método de ensino? As provas, trabalhos, essas coisas, todos usam nas aulas.”(Uva)

Com o depoimento de Uva e outros sujeitos do estudo conclui-se que o processo ensino-aprendizagem não envolve as metodologias ativas, a não ser algumas tentativas. Tal observação faz refletir por que os métodos utilizados por estas educadoras/enfermeiras que tiveram sua formação através de um método inovador ainda fazem opção por utilizar métodos tradicionais. Gisi apud Behrens (2006, p.133) permite entender tais inquietudes.

Sabe-se que a formação inicial do enfermeiro não é voltada para o exercício da docência, e sim para fornecer a base teórica e prática para sua atuação profissional específica e para favorecer a sua educação permanente. A educação permanente visa à continuidade da educação após a graduação, mas com fins de manter a atualização em serviço, compreendendo a evolução científica e tecnológica que se dá a passos gigantescos, não abrangendo a docência ou quaisquer outros aspectos de ação pedagógica do enfermeiro e sim, a técnica.

No curso de graduação em enfermagem há pouca preparação para o exercício da docência, mesmo o modelo de graduação em enfermagem com habilitação em licenciatura, o qual contém disciplinas específicas para a docência, sendo este o tipo de formação da maioria dos educadores participantes do estudo e também a formação desta pesquisadora. As práticas para o exercício da docência são apenas acerca de atividades educativas como, por exemplo, orientações sobre prevenção a grupos de crianças, adolescentes, gestantes. Não se nota uma preocupação em relação à verdadeira atuação na área da docência que, nos últimos anos, se ampliou como campo de trabalho para o profissional egresso, o que segundo Reibnitz (2003), é evidenciado pelo aumento do número de escolas de nível técnico em enfermagem no Brasil. Atualmente em termos de legislação de ensino as Diretrizes Curriculares Nacionais que regem o ensino profissionalizante ressaltam que este deve ter como base um ensino por competências⁹, ou seja, um método de ensino que para se trabalhar, precisa da utilização de metodologias inovadoras o que é novidade por parte destas educadoras/enfermeiras.

O ensino profissionalizante vem sofrendo alterações significativas nos últimos anos, com a mudança de uma formação tradicionalista, mecanizada e reprodutivista para o modelo de ensino por competências. Sendo assim os docentes do curso em estudo, que tiveram sua formação inicial pela Metodologia da Problematização precisam trabalhar com algo novo, ou seja, de acordo com

⁹ Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino técnico (PARECER CNE/CEB nº 16/99, p.30) entende-se por competência profissional a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.

este ensino por competências. Em razão desse desencontro de modelos formadores que envolvem o ensino superior e técnico profissionalizante de enfermagem, o resultado são professores de enfermagem que estão sendo inseridos como docentes em cursos com formato diferente daqueles que receberam. Foi possível notar nos depoimentos que alguns dos sujeitos da pesquisa possuem conhecimento sobre ensino por competências.

[...] Sem falar nas tais competências que o aluno tem que ter. Como fazer com que o aluno adquira essas competências se não utilizar no curso o método da Problematização? Na minha opinião não dá.” (Vermelho)

Para entender o depoimento da educadora Vermelho, busquei o conceito de competência, o qual neste estudo é compreendido como capacidade pessoal de articular os saberes (saber, saber fazer, saber ser e conviver) inerentes a situações concretas de trabalho. Apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais que regem o ensino profissionalizante sobre o ensino por competências:

O conhecimento é entendido como o que muitos denominam simplesmente saber. A habilidade refere-se ao saber fazer relacionado com a prática do trabalho, transcendendo a mera ação motora. O valor se expressa no saber ser, na atitude relacionada com o julgamento da pertinência da ação, com a qualidade do trabalho, a ética do comportamento, a convivência participativa e solidária e outros atributos humanos, tais como a iniciativa e a criatividade. (PARECER CNE/CEB nº 16/99, p. 35).

O ensino por competência amplia a responsabilidade das instituições de ensino na organização dos currículos de educação profissional, bem como, a responsabilidade dos docentes do curso, na medida em que exige a inclusão de novos conteúdos, de novas formas de organização do trabalho, de incorporação dos conhecimentos que são adquiridos na prática, de metodologias que propiciem o desenvolvimento de capacidades para resolver problemas novos, comunicar ideias, tomar decisões, ter iniciativa, ser criativo.

Concordo com Vermelho quando esta apontou que a metodologia da Problematização pode propiciar o desenvolvimento do ensino por competências, pois é possível perceber o uso dos métodos tradicionais de ensino através do depoimento dos sujeitos do estudo. É notório que há necessidade de aprimorar as metodologias utilizadas no curso em estudo para desenvolver o ensino por competências.

“Os métodos de ensino são legais, dá pra aprender, quem quer aprende. Dá pra ver que é mais fácil quando as aulas são mais dinâmicas, quando o professor é mais dinâmico, o que é meio difícil...quando não se usa só texto, texto e depois prova escrita, prova oral. A gente até aprende mas depois vai ocupar o que

aprendeu no outro módulo e já nem se lembra mais. Nem sempre, lembra um pouco sim se a aula foi dinâmica, com figuras e aula prática, apostila.” (Pêra)

Através dos depoimentos notei a necessidade de superação da visão fragmentada das metodologias tradicionais e a necessidade de investigar os processos de aprendizagem levando a indicar metodologias que ofereçam uma aprendizagem crítica, criativa e transformadora, indo ao encontro do que preconiza a legislação vigente que é o ensino por competências.

As inquietudes dos sujeitos participantes da pesquisa, o que estes colocam como necessidade de inovar vem ao encontro dos objetivos relacionados à formação dos alunos do curso contidos em seu Projeto político pedagógico.

Tais objetivos, segundo o Projeto pedagógico do curso, envolvem a capacitação do aluno através de conhecimentos sólidos e habilidades específicas, para prestar assistência a indivíduos, famílias e grupos sociais, tendo sempre em vista a importante missão de zelar pela saúde do ser humano e melhorar a qualidade de vida de todos. Englobam também os objetivos relacionados à formação, o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes no aluno em relação à sua atuação como indivíduo, cidadão e profissional, no desempenho de suas atividades considerando o contexto social. Quando perguntado sobre a formação do profissional da enfermagem do curso, Vermelho contribuiu com o seguinte depoimento:

A Formação é satisfatória para um profissional da saúde. Nos conselhos de classe, nós professores sempre fazemos uma reflexão “ele (o aluno) está preparado para cuidar de mim, ou da minha família lá no hospital?” Muitas vezes a resposta é não, unânime por todos, porém o método de ensino usado nos obriga a realizar a recuperação quantas vezes forem necessárias e o aluno acaba sendo aprovado. (Vermelho)

O depoimento de Vermelho afirmou que não se está conseguindo trabalhar o ensino por competências, ou seja, as metodologias utilizadas (tradicionais) não estão dando conta de desenvolver o ensino por competências.

Arruda (2006, p. 29) para abordar este processo de formação anota que “caso os processos de formação não consigam formar um trabalhador competente, perde a sociedade como um todo, pois estas instituições não estarão cumprindo com uma de suas funções básicas: a formação do cidadão.” Entendo que para formar um trabalhador competente, os docentes do curso devem estar preparados para uma ação educativa que visa o ensino por competências. As Diretrizes (PARECER CNE/CEB nº16/99, p. 35) fundamenta este assunto:

Não se pode falar em desenvolvimento de competências em busca da polivalência e da identidade profissional se o mediador mais importante desse processo, o docente, não estiver adequadamente preparado para essa ação educativa. A formação inicial deve ser seguida por ações continuadas de desenvolvimento desses profissionais. Essa educação permanente deverá ser considerada não apenas com relação às competências mais diretamente voltadas para o ensino de uma profissão. Outros conhecimentos e atributos são necessários, tais como: conhecimento das filosofias e políticas da educação profissional; conhecimento e aplicação de diferentes formas de desenvolvimento da aprendizagem, numa perspectiva de autonomia, criatividade, consciência crítica e ética; flexibilidade com relação às mudanças, com a incorporação de inovações no campo de saber já conhecido; iniciativa para buscar o autodesenvolvimento, tendo em vista o aprimoramento do trabalho; ousadia para questionar e propor ações; capacidade de monitorar desempenhos e buscar resultados; capacidade de trabalhar em equipes interdisciplinares.

Ainda coloca as Diretrizes que para o desenvolvimento dos docentes em relação ao processo de competências, a escola deve incorporar ações apropriadas no seu Projeto pedagógico.

Para que um projeto atinja as suas finalidades devem existir compromisso e apoio da instituição no sentido de propiciar as condições necessárias para a sua implementação. Tais condições referem-se à infraestrutura necessária, à capacitação pedagógica do corpo docente, às condições adequadas para o ensino, à pesquisa e extensão. O compromisso, no entanto, não se esgota na instituição, pois os professores que, com os seus saberes, vivificam o projeto no cotidiano do seu trabalho junto aos alunos. (GISI 2006, p. 194).

Percebe-se com os depoimentos das entrevistas que entre os educadores participantes da pesquisa há pouco ou quase nenhum conhecimento acerca do Projeto político pedagógico do curso e Diretrizes Curriculares Nacionais.

“Não, não tenho conhecimento, não conheço, acho que não me lembro de ter ouvido falar sobre estas Leis. O PPP, o Projeto político pedagógico eu conheço, eu tenho ele arquivado no computador, mas nunca li atentamente, não sei bem o que tem lá.” (Rosa)

“Não, eu não tenho conhecimento das Diretrizes. O Projeto político pedagógico acho que também não conheço, não é o livro onde constam os deveres e direitos dos professores e alunos? Não me lembro destas coisas.”(Violeta)

É clara a importância do Projeto político pedagógico na ação pedagógica, sua construção para determinado curso pressupõe uma análise ampla que contemple o contexto socioeconômico, as políticas públicas e as políticas sociais formuladas para o país, e entre estas a saúde e a educação (GISI apud BEHRENS, 2006).

É fundamental, ainda para a construção do Projeto pedagógico, compreender como a profissão e o ensino de Enfermagem se insere nesse contexto, incluindo neste aspecto, o ensino por competências. Apoio-me novamente em Gisi apud Behrens (2006) para

compreender estas informações. A autora anota que não resulta em nada construir um Projeto pedagógico considerando todos os aspectos imprescindíveis na sua construção, se o corpo docente não está preparado para a sua concretização. Isto diz respeito aos saberes docentes que são construídos ao longo de uma carreira profissional durante a qual ele aprende a ser professor, contribuindo para isso o conhecimento específico da sua área de atuação, no caso da Enfermagem, seu preparo em termos pedagógicos e sua experiência.

Reibnitz (2006) lembra que não são apenas os alunos que precisam conquistar competências, mas também se faz necessário que o professor conquiste determinadas competências que favoreçam a construção de uma sociedade educativa. Entendo que o professor deve principalmente administrar sua própria formação como um processo contínuo, deve aprender a aprender.

Muitas vezes, os(as) enfermeiros(as) assumem a profissão de professores(as) sem nenhuma oportunidade de preparar-se para uma tarefa tão complexa. Mesmo a pós-graduação em enfermagem, centrada na assistência e na pesquisa, passa, muitas vezes, superficialmente pela formação pedagógica, e ser professor requer o domínio de diferentes saberes. (GISI 2006, p. 195).

No depoimento de uma das educadoras observei estas afirmações. Notei também que esta conhece o Projeto político pedagógico do curso, pois contribui com informações importantes quando na entrevista responde sobre a relação do perfil do profissional da enfermagem descrito pelo Projeto político pedagógico e o profissional formado no curso.

“O profissional formado pelo CEDUP ainda não está de acordo com o que é descrito como perfil, descrito pelo PPP do curso. É sempre buscado melhorar este perfil, há bastante empenho da coordenação do curso, porém sabemos que a formação dos alunos depende muito dos professores do curso, porque é o professor o maior responsável no processo de ensino-aprendizagem. O que acontece que há pouca experiência de alguns professores e falta de interesse em aprender, em buscar. A gente sabe que isto resulta em dificuldades no processo ensino-aprendizagem, logo no perfil profissional. O perfil dos professores influencia isso tudo, não é mesmo?” (Vermelho)

Ser professor do curso de enfermagem requer um preparo que vai além do domínio de conhecimento do campo da enfermagem, o professor deve ter domínio do conhecimento pedagógico e didático e assumir compromisso ético-político com os resultados do ensino, tal compromisso inclui o comprometimento com o Projeto pedagógico do curso.

Reibnitz (2006) esclarece que entre os atuais requerimentos na Educação em Enfermagem, estão a recomposição, a rediscussão e o redirecionamento do Projeto político pedagógico dos cursos. Não só por determinação legal, mas, sobretudo pela necessária

articulação da formação com as perspectivas do novo mundo globalizado.

Percebi na entrevista com os sujeitos que houve participação dos educadores em alguns momentos de redirecionamento do Projeto político pedagógico. *“Trabalho aqui há muitos anos como professora de sala de aula e supervisora de estágios, o que eu posso dizer, é que participei da construção da nova matriz curricular e ementários em 2008, isto tudo foi documentado, acho que isto tem a ver com o PPP, né?”* (Rosa)

O depoimento da educadora Violeta relatou desconhecer momentos de participação em discussões, em redirecionamento do projeto político pedagógico do curso. *“Olha durante o tempo que estou lecionando aqui no CEDUP, nunca participei de nada sobre projeto político pedagógico, não tem conhecimento do assunto.”*

Em contrapartida outro sujeito da pesquisa afirma ter participado de momentos de rediscussão e redirecionamento do documento.

“Na última reconstrução do PPP do curso, em 2008, ocorreu um movimento de participação coletiva de todos os professores da área profissionalizante e alguns professores de outras áreas. Participação esta que foi com esforço da Direção do CEDUP com duas consultoras externas. Acontece também a implementação do PPP, que é realizada semestralmente ao revisarmos os planos de ensino, sempre em uma discussão com docentes e a coordenação.” (Verde)

Na entrevista apenas um dos estudantes participantes respondeu às perguntas relacionadas com as Diretrizes e o Projeto político pedagógico do curso. *“Não conheço as Diretrizes que regem o curso técnico. O PPP eu já vi no site da escola, mas não li, não sei o que diz.”* (Uva) Os demais estudantes apenas responderam que não conhecem tais instrumentos.

É notório que para o Projeto pedagógico atingir suas finalidades devem existir compromisso e apoio da instituição de ensino. Assim, é fundamental que a instituição propicie as condições necessárias para o ensino, incluindo a capacitação pedagógica do corpo docente, ou seja, de formação permanente e continuada.

Elucida Arruda (2006, p.3) sobre Educação permanente e continuada que são momentos distintos, *“são momentos diferentes de um mesmo processo de aprendizagem. Juntas, guardam a síntese do que Edgar Morin chama de dialógica; processos que são ao mesmo tempo antagônicos, concorrentes, mas complementares.”* Neste caminho, observa-se o espaço da educação permanente como estratégia de renovação da prática por meio da reflexão e da relação de troca entre os envolvidos e a educação continuada como programa, espaço para a retomada de conceitos, conteúdos e para a retroalimentação da prática profissional. È

possível perceber ainda que “qualquer separação entre Educação Permanente e educação continuada implica fragmentação deste processo, já que uma é o prolongamento da outra.” (ARRUDA, 2006, p.3).

A prática do ensino no espaço escolar apresenta vários aspectos que interatuam para configurar a prática pedagógica dos professores. Vasconcellos (2003) aponta que a tarefa do professor é extremamente importante e complexa, sendo que este deve estar preparado para exercê-la. É possível observar que mesmo quem saiu dos melhores centros universitários sabe que não domina tudo o que a atividade exige, tendo sempre necessidade de aprimoramento contínuo. Vasconcellos (2003, p.181) anota que cabe às instituições criarem as condições que favoreçam esta formação permanente e continuada do educador, em termos de acesso a materiais, cursos, reciclagens, acompanhamento, tempo de pesquisa, etc.

Através dos depoimentos dos sujeitos percebi que pouco se trabalha acerca de educação para os professores. Perguntado sobre o que deve ser mudado ou mantido no curso, citados como exemplos o Projeto político pedagógico, gestão, professores, currículo, estágio, etc. os depoimentos foram os seguintes.

“Primeira coisa é a troca de professores. Semestre passado trocamos três vezes de professor de português. Outra coisa que ainda acho que é pior, as críticas dos professores, isto incomoda muito, somos criticados a todo o momento. Reclamam da turma, de cada um, criticam muito e não ajudam em nada. Já nós, reclamamos dos problemas e nada é feito. Outra coisa é a falta de preparo de alguns professores, alguns não fazem nada, só matam a aula, chega a ter dia que ficamos uma aula inteira só conversando e o professor lá sentado esperando a aula acabar pra sair, escrevendo ou disfarçando, isso é absurdo, né?” (Uva)

“Tem professor que prepara a aula, chega aqui e sabe o que veio dar, a aula é muito boa, ótima, aprendemos de tudo. Têm outros que não fazem nada. É isto mesmo! só nos enrolam e a gente veio aqui pra aprender. Outra coisa que incomoda é os alunos desinteressados atrapalham muito quem quer aprender. De Positivo temos alguns professores que são muito bons, muito esforçados.” (Cereja)

“Acho que os professores despreparados é o que é pior, a maioria é muito bom, isto é ponto positivo, é muito negativo estes professores que só matam aula e tempo, não preparam uma aula boa. Não sei como que contratam estes professores, o problema que é reclamado, sempre, porque queremos aprender e não sair de casa pra vir ficar olhando um para cara do outro.”(Pêra)

“Ponto positivo, acho que dá pra dizer que têm alguns professores que são muito bons. Negativos da pra fazer uma lista. O troca- troca de professores no início do semestre, uns professores que não sabem dar aula, não têm interesse, só matam horário. Os colegas que não querem nada com nada, só atrapalham a aula e passam ainda por cima.” (Lima)

Compreendi com os depoimentos que o processo ensino-aprendizagem do curso não satisfaz aos alunos, que os métodos utilizados não são suficientes para este ensino e que alguns professores não estão de acordo com a responsabilidade que é agregada ao sujeito professor. Momentos de educação permanente e continuada são capazes de contribuir com o processo ensino-aprendizagem do curso em estudo. Percebe-se hoje que um trabalho educativo capaz de contribuir à formação de profissionais preparados requer a exploração das sinergias possíveis entre o saber e o saber fazer, ou entre o saber viver e o saber viver juntos.

Através dos depoimentos dos sujeitos participantes do estudo entendi que para desenvolver esta sinergia, os professores precisam da educação permanente e continuada, da criação do espaço de trabalho coletivo na escola, de momentos de ensinar e aprender. Esta perspectiva de formação não dispensa aquela que implica na disposição do professor para buscar, fazer uma autocrítica e se comprometer com a superação dos limites encontrados, o que diante deste estudo faz refletir sobre as metodologias de ensino, as possibilidades de inovação e a recomendação pela Legislação vigente.

Covre (2007) discutir esta relação, relacionado a formação dos profissionais com a pesquisa. “Enfrentar o problema da formação de novos profissionais competentes para as exigências da sociedade consiste na capacidade de sistematização, de inovação e aprendizagem permanentes, cujo instrumento de trabalho só pode ser a pesquisa.” (COVRE, 2007, p. 47). Vejo a pesquisa como instrumento de trabalho para adequar as práticas do curso em estudo, pois através das falas dos educadores observei o desejo de conhecer, articular e colocar em prática novos conhecimentos, os quais são alcançáveis através de pesquisas.

“Temos que trabalhar mais o PPP do curso (alunos e professores), onde poderíamos ter contribuições ricas, mas tenho certeza de que o curso está melhor a cada dia.” (Verde)

“Trabalhar com metodologias ativas pode ser pensado, planejado, buscando adequar a formação do profissional formado pelo curso.” (Vermelho)

Segundo Vasconcellos (2003), uma forma de avançar na autonomia é o professor deixar de ser elemento de circulação e passar a ser também de produção de conhecimento. É importante destacar que o estudo, a leitura, a pesquisa sobre a própria prática, o aproveitamento de oportunidades de cursos, entre outros, propiciam o aperfeiçoamento contínuo da profissão.

Posso dizer com a análise dos dados colhidos durante a pesquisa, que a maioria dos educadores e todos os estudantes que foram entrevistados percebem a importância de trabalhar com métodos de ensino que promovam a produção do conhecimento.

Através das informações obtidas, constatei que a formação inicial, permanente e continuada dos docentes em estudo trazem muitas informações sobre as metodologias e o processo de ensino-aprendizagem utilizado no curso, traz informações acerca das inquietudes dos sujeitos do estudo. Constatei que tanto nos depoimentos dos educadores quanto nos depoimentos dos estudantes, que estes percebem que é tempo de deixar para trás a abordagem tradicional e ir ao encontro de um novo paradigma educacional.

Contudo foi possível observar através dos depoimentos a necessidade de superação da visão fragmentada das metodologias tradicionais e a necessidade de investigar os processos de aprendizagem levando a indicar metodologias que ofereçam uma aprendizagem crítica, criativa e transformadora, indo ao encontro do que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais que é o ensino por competências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de analisar o Curso Técnico de Enfermagem do CEDUP RRS foi fundamentada nos ideais de Paulo Freire, Demerval Saviani, Boaventura Souza Santos e outros educadores que foram autores primordiais para alcançar os objetivos do estudo. No primeiro dos objetivos descrevi a Educação Profissional da Enfermagem em seu contexto histórico ampliado, suas bases legais, e as Diretrizes Curriculares Nacionais que regem o ensino profissionalizante. Para responder a este objetivo realizei uma retrospectiva histórica das práticas, formação e legislação do exercício da enfermagem através de revisões bibliográficas.

Percebi com esta etapa de estudo que a legislação do exercício profissional da enfermagem, o sistema de saúde vigente e as leis que regem o ensino das escolas da área sofreram várias modificações no processo de assistência. Constatei que a enfermagem surgiu nos moldes da saúde pública com intuito de formar profissionais qualificados para trabalhar com prevenção em saúde, e com o decorrer dos tempos todas as ações centralizaram-se na prática curativa. Atualmente o contexto muda, ainda encontra-se em grande parte a concepção da prática curativa, porém retorna o ensino nos moldes da saúde pública. A legislação que rege o exercício profissional da enfermagem, o sistema de saúde vigente e as leis que regem o ensino das escolas da área, novamente preconizam as ações de saúde ancorada na saúde pública utilizando como estratégia para a saúde da população as ações de promoção da saúde.

No segundo objetivo do estudo investiguei sobre a Formação dos Profissionais da enfermagem do CEDUP RRS, trazendo à cena o Projeto político pedagógico assumido pelo curso. Respondendo a este importante objetivo, busquei descrever o CEDUP RRS, escola pública de fundamental importância para Lages e região, que oferece cursos gratuitos e de qualidade em diversas áreas do conhecimento; também apresentei o curso em estudo visto como uma possibilidade de emprego para pessoas de várias idades, as quais possuem poucos recursos financeiros para buscar uma área de formação. Na sequência, analisei documentos de cunho pedagógico, como as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Lei de Diretrizes e Bases, o Plano Estadual de Educação e o Projeto político pedagógico do curso, buscando refletir acerca da educação profissional de nível técnico.

No último objetivo do estudo busquei confrontar as Diretrizes Curriculares Nacionais

que regem o ensino profissionalizante e o Projeto político pedagógico assumido pelo curso com as percepções e práticas dos docentes e discentes acerca do processo ensino-aprendizagem: conflitos, tensões, metodologias, dilemas e possíveis perspectivas futuras do curso.

Inicialmente, constatei que o curso em estudo busca atender ao disposto na legislação que rege este tipo de ensino: Diretrizes Curriculares Nacionais, Lei de Diretrizes e Bases e Plano Nacional de Educação, como foi possível perceber com o método de avaliação em uso. Porém destaquei com o estudo, que ocorrem dificuldades em se colocar em prática o que a lei especifica e o PPP do curso preconiza, ou seja, em termos documentais, o curso está de acordo com a lei.

O conteúdo de informações contidas no PPP do curso está de acordo com a Legislação em vigor, o curso obedece às leis relacionadas ao seu funcionamento, mas em termos de participação dos sujeitos envolvidos, ainda é necessário um longo trabalho para que as ações sejam colocadas em prática. Isto inclui a utilização de metodologias não tradicionais, a avaliação por competências, a participação referente ao PPP e a busca pela informação continuada e permanente, relacionada ao crescimento profissional e de vida pelo professor do curso.

Para obter tais informações referentes ao curso, busquei conhecer as percepções e práticas dos docentes e discentes do curso acerca do processo ensino-aprendizagem, por meio do instrumento entrevista. Para alcançar este objetivo, empreguei metodologicamente para analisar os dados obtidos, a análise temática de (Minayo, 2004), surgindo deste método duas categorias de análise.

O instrumento da entrevista permitiu aos sujeitos refletir e perceber as práticas metodológicas utilizadas no curso. Permitiu-lhes o exercício de idealizar um perfil do profissional formado pelo curso, ou seja, um profissional mais reflexivo que exerça as suas funções com eficiência, autonomia e criatividade. Estes expressaram a necessidade de mudanças contextuais nas práticas do curso, expressaram que é tempo de deixar para trás a abordagem tradicional e ir ao encontro de um novo paradigma educacional.

A maioria dos sujeitos reconhece as metodologias utilizadas no curso como tradicionais e afirma que estes métodos trazem resultados insuficientes para a Educação em Enfermagem, sendo que estas informações colidem com os princípios que regem as Diretrizes Curriculares Nacionais atuais para a educação profissional de nível técnico e as tendências do Paradigma Inovador.

Uma acentuada porcentagem dos educadores e estudantes entrevistados possui

entendimento acerca das mudanças contextuais e preocupações com a Educação em enfermagem, em especial com o curso do CEDUP e expressam entender que com a utilização de metodologias ativas pode ser alcançado o que se preconiza no Projeto político pedagógico do curso.

A reflexão acerca das informações dos sujeitos permitiu compreender que a formação dos estudantes é influenciada pela educação, ou seja, pelo processo de ensino-aprendizagem, pelas metodologias e pelos professores do curso.

Na sequência da análise, evidencio um dos elementos. Os sujeitos expressam sobre a influência do professor no processo de formação, nesta direção, entendi que a formação destes educadores é relevante para a prática da docência. Com os depoimentos dos sujeitos do estudo percebi que os métodos de ensino utilizados pelos professores não envolve as metodologias ativas, a não serem algumas tentativas. Constatei que a formação inicial dos professores do curso segue o modelo de graduação em enfermagem com habilitação em licenciatura o qual contém disciplinas específicas para a docência. Neste modelo há pouca preparação para o exercício da docência, sendo que as práticas para o exercício da docência são apenas acerca de atividades educativas como, por exemplo, orientações sobre prevenção a grupos de crianças, adolescentes, gestantes.

Compreendi que o professor deve principalmente administrar sua própria formação como um processo contínuo, deve aprender a aprender, que ser professor do curso de enfermagem requer um preparo que vai além do domínio de conhecimento do campo da enfermagem, que este deve ter domínio do conhecimento pedagógico e didático e assumir compromisso ético-político com os resultados do ensino.

Com o estudo evidenciei que o ensino profissionalizante vem sofrendo alterações nos últimos anos, com a mudança de uma formação tradicionalista, mecanizada e reprodutivista para um modelo de ensino por competências. Com isso, o que destaquei como resultados foram professores de enfermagem que estão sendo inseridos como docentes em cursos com formato diferente daqueles que receberam e que o pensar na formação continuada destes professores pode ser apontado como uma perspectiva a ser colocada em prática.

As reflexões dos sujeitos acerca da prática pedagógica destacam que o processo ensino-aprendizagem do curso se desenvolve por métodos tradicionais de ensino, baseados na repetição e acúmulo de conhecimentos.

Por fim, discutindo sobre a busca de caminhos para transformação da prática pedagógica, os sujeitos interlocutores do estudo destacaram a importância de momentos de planejamento como estratégias para consolidação de uma prática inovadora, como uma

perspectiva futura para o curso. Neste sentido, o espaço de reflexão pelo instrumento da entrevista e pelo diálogo foi relevante, pois constatei que o processo ensino-aprendizagem é inacabado, principalmente no que tange ao fazer pedagógico, estando sempre sujeito a inovações, o que ficou evidenciado pelos sujeitos do estudo, como estratégias de mudança, momentos de planejamento.

Refletir sobre a formação dos técnicos de enfermagem foi desafiante, porque ainda se observa presente neste contexto um modelo de educação bancária e tradicional. Posso afirmar que esta reflexão acerca da formação dos técnicos de enfermagem mostra-se importante para se promover mudanças no fazer pedagógico, uma vez que alteraram a percepção do sujeito sobre seu fazer e o motivaram na busca de novas formas de construir ambientes de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, Marina Patrícios ET all. **Educação Permanente: uma estratégia metodológica para os professores em saúde.** In: REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA. V. 32. nº 4. Rio de Janeiro. Out/dez 2008.
- BASSINELLO, G.A.H. **Perfil dos professores de ensino médio profissionalizante de enfermagem da região de Piracicaba.** 2002. Dissertação (Mestrado) apresentada a Universidade Estadual de Campinas UNICAMP. Campinas, 2002.
- BARTMANN, Mercilda. **Evolução histórica dos cursos de Auxiliar e Técnico de Enfermagem no contexto sociopolítico-econômico do Brasil.** Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 26-33, set./dez. 1997.
- BEHRENS, Marilda Aparecida; GISI, Maria de Lourdes (Orgs.). **Educação em Enfermagem: novos olhares sobre o processo de formação.** Curitiba: Champagnat, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- _____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Legislação do SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde.** – Brasília : CONASS, 2003.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- _____. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e o art. 39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 26 jul. 2004.
- _____. Lei 7498 de 25 de junho de 1986. **Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências.** Disponível em: <<http://site.portalcofen.gov.br/node/4161>>. Acesso em: 22 de ab. 2011.
- _____. **LEI Nº 8.080, de 19 de SETEMBRO de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providencias. <<http://site.portalcofen.gov.br/node/4161>>. Acesso em: 22 de ab. 2011.
- _____.
- _____. Ministério da Saúde. **Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem-**

legislação e assuntos correlatos. 3. ed. Rio de Janeiro, 1974. v 1.

- _____ . Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As cartas da Promoção da Saúde/ Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde.** Projeto Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- _____ . Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio a Gestão Participativa. **Caderno de educação popular e saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio a Gestão Participativa.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2007.
- BORDENAVE, J. E. D. **Alguns fatores pedagógicos.** In MINISTÉRIO DA SAÚDE, Secretaria Geral. Secretaria da Modernização Administrativa e Recursos Humanos. Brasília: 1989.
- **CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM,** Disponível em: <<http://site.portalcofen.gov.br>>. Acesso em: 22 de ab. 2011.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzinini (org). **Formação do professor, formação do aluno.** – São Paulo: expressão e Arte Editora, 2007.
- CZERESNIA, D, (org.); FREITAS, Carlos Machado de (Org.). **Promoção da Saúde: reflexões, conceitos, tendências.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1997.
- _____ . CABRAL, Álvaro. **Educação como prática da liberdade.** 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1971.
- FRIGOTTO G. **A educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural.** In: Silva LH, organizadores. A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes; 1998.
- FORMAÇÃO. Brasília: Ministério da Saúde; **PROFAE**, v.3, nº 7, jan/abr. 2003.
- GADOTTI, M. et.al. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Os desafios do Plano Nacional de Educação.** Brasília; 2004.
- PARECER CNE/CEB Nº 16/99. **Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.**
- RODRIGUES, P. S. M.; LEOPARDI, T. M. **O Método de Análise: uma versão para enfermeiros.** 1. ed. Fortaleza: Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, 1999.
- LOPES, Rosana S.; TAMANINI, Elizabete. **Educação e memória: saberes e fazeres de**

mulheres parteiras na região serrana de SC. Lages, 2007. 89 p.

- LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2001.
- MACHADO, M. F. A. S. **Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do sus - uma revisão conceitual.** Caderno de saúde coletiva vol.12 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2007.
- MANFREDI, S.M. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.
- MELO, Isabel de. **A ação docente na formação de técnicos de enfermagem.** Florianópolis: UFSC/PEN, 2006.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; NJAINE, Kathie; ASSIS, Simone Gonçalves. **Cuidar cuidando dos rumos: conversa com educadores sobre avaliação de programas sociais.** Rio de Janeiro: Claves, 2004.
- _____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco; 1992.
- MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, 1993.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2000.
- REIBNITZ, Kenya Schimidt. **Inovação e educação em enfermagem** / Kenya Schimidt Reibnitz, Marta Lenise do Prado. – Florianópolis : Cidade Futura, 2003.
- REIBNITZ, Kenya Schimidt. **Inovação e educação em enfermagem** / Kenya Schimidt Reibnitz, Marta Lenise do Prado. – Florianópolis : Cidade Futura, 2006.
- PAIM, Lygia. **Pesquisa convergente-assistencial e sua aplicação em cenários da enfermagem.** Cogitare Enfermagem, 1998.
- SANTA CATARINA. **Plano Estadual de Educação.** Estado de Santa Catarina Secretaria de Estado da Educação e Inovação, Florianópolis, julho de 2004.
- SANTOS, L.H.P. **Estratégias e avaliação no processo ensino-aprendizagem e a postura do professor na educação profissional em enfermagem. 2005.** 139f. Tese (Doutorado) – Escola de enfermagem de Ribeirão Preto/USP. Ribeirão Preto, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A globalização e as sociais.** SP: Cortez, 2002.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 17.ed. São Paulo: Cortez Editora, 1983. 96 p.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Para onde vai o Professor? Resgate do Professor como Sujeito de Transformação.** 10ª ed / Celso dos S. Vasconcellos. São Paulo:

Libertad, 2003.

- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 16.ed. Campinas: M.r. Cornacchia & Cia. Ltda, 2003. 192 p.

ANEXOS

ANEXO 1

Roteiro da entrevista aplicada aos estudantes e educadores:

1. Você conhece os documentos como DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS e o Projeto Político Pedagógico do curso de enfermagem do CEDUP RRS? O que você destaca destes documentos?
2. Qual a relação que você pode estabelecer entre as, DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, o Projeto Político Pedagógico e o desenvolvimento do curso técnico em enfermagem do CEDUP/RRS?
3. Quais os espaços de participação na construção e implementação do PPP estabelecidos pela instituição CEDUP/RRS?
4. Relacione o perfil do profissional da enfermagem descrito pelo PPP e o profissional formado no curso técnico de enfermagem do CEDUP/RRS?
5. Descreva e analise as metodologias de ensino-aprendizagem do curso técnico em enfermagem desenvolvidas no CEDUP/RRS?
6. Como você avalia a formação do profissional da enfermagem do CEDUP/RRS?
7. Como você avalia os processos de ensino-aprendizagem/práticas desenvolvidos pelo curso técnico em enfermagem do CEDUP/RRS?
8. Existe avaliação institucional do curso? A avaliação envolve gestores, professores, estudantes e a comunidade? Como são realizadas?
9. Na sua visão, o que deve ser mudado ou mantido no curso? (Projeto político pedagógico, gestão, professores, currículo, estágio, etc.).

ANEXO 2



UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

CEP – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Para tanto, leia atentamente as informações abaixo e não se apresse em decidir. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não lhe causará nenhum prejuízo. Se você concordar em participar, basta preencher os seus dados e assinar esta declaração. Se você tiver alguma dúvida, pode esclarecê-la com o responsável pela pesquisa. Obrigado(a) pela atenção, compreensão e apoio.

Eu _____ residente e domiciliado _____, portador da Carteira de Identidade, RG _____, nascido(a) em ____/____/_____, concordo de livre e espontânea vontade *em participar como voluntário* da pesquisa **EDUCAÇÃO EM SAÚDE: ANÁLISE DO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RENATO RAMOS DA SILVA – CEDUP/LAGES, SC.**

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Estou ciente que:

- 1 O estudo se refere a um estudo para a Conclusão de Curso de Mestrado apresentado como requisito parcial para a obtenção título de Mestre junto ao

Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Planalto Catarinense.

- 2 A pesquisa é importante de ser realizada. Com a realização desta pesquisa espera-se ampliar o debate sobre a importância da Educação em Saúde e gerar informações que possam contribuir com a formação dos profissionais da enfermagem.
- 3 Participarão da pesquisa, educadores e estudantes do curso técnico de enfermagem do CEDUP Renato Ramos da Silva.
- 4 Para conseguir os resultados desejados, a pesquisa será realizada a partir de entrevistas semi-estruturas com os estudantes e educadores do curso buscando conhecer a percepção dos mesmos, referente ao processo e práticas de ensino e aprendizagem.
- 5 Para isso os riscos da sua participação são mínimos, podendo gerar certo desconforto em dispor de algum tempo para responder à entrevista.
- 6 Se, no transcorrer da pesquisa, eu tiver alguma dúvida ou por qualquer motivo necessitar, posso procurar o professor responsável pela pesquisa: Dr. Geraldo Loochs ou a mestrandia responsável pela pesquisa Dayanne Teresinha Granetto Cardoso Floriani pelo telefone 32229261 ou no endereço UNIPLAC: Avenida Castelo Branco, 170 –Lages SC - Telefone para contato: (49) 3251-1022. Tenho a liberdade de não participar ou interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação.
- 7 As informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e em caso de divulgação em publicações científicas, os meus dados pessoais não serão mencionados.

Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados ao final desta pesquisa buscando estas informações junto à Coordenação de Pós-graduação/UNIPLAC onde os mesmos estarão disponíveis.

DECLARO, outrossim, que após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto voluntariamente em participar desta pesquisa e assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Lages, _____ de _____ de _____

(nome e assinatura do sujeito da pesquisa e/ou responsável legal)

Responsável pelo projeto: Geraldo Loochs - Endereço para contato: UNIPLAC: Av.
Castelo Branco, 170 –Lages SC - Telefone para contato: (49) 3251-1022